

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – EDUCAÇÃO SOCIAL**

MAYARA DA SILVA PORFÍRIO

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E O DIREITO À EDUCAÇÃO:
UM MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO (1996 – 2021)**

CORUMBÁ – MS

2022

MAYARA DA SILVA PORFÍRIO

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E O DIREITO À EDUCAÇÃO:
UM MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO (1996 – 2021)**

Pesquisa parcial apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito de avaliação em exame de qualificação. Linha de Pesquisa: Políticas, Práticas Institucionais e Exclusão/Inclusão Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica de Carvalho Magalhães Kassar.

CORUMBÁ – MS

2022

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de análise a relação entre a institucionalização de crianças e adolescentes em abrigos e o direito à Educação. Seu objetivo geral é conhecer o volume e as características das teses e dissertações produzidas sobre a relação acolhimento institucional e a escola em programas de pós-graduação em Educação. O objetivo geral foi orientado pelos seguintes objetivos específicos: compreender a história do direito da criança e do adolescente, levantar o perfil dos acolhidos de hoje no país, desenhar o panorama atual do acolhimento institucional e familiar em todo o país. Parte-se da hipótese de que o estudo dessa relação não é tema recorrente em programas de pós-graduação na Área da Educação. A pesquisa constitui-se como um estudo bibliométrico, em que também são buscados temas ressaltados nos trabalhos. Os dados foram coletados em Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado no escopo dos programas em Educação, entre os anos de 1996 e 2021 nos Banco de Teses e Dissertações da CAPES e no do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Também foram consultados sites oficiais dos órgãos responsáveis pela infância e a adolescência, como Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Sistema Nacional da Adoção – SNA e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para compreender a situação atual dessa população em situação de abrigo. Verificou-se, através da análise bibliométrica das produções que a maior parte dos trabalhos são produzidos por mulheres, em instituições de ensino superior públicas, principalmente, na região sul do país. Conclui-se que, a partir do recorte temporal e considerando as limitações da amostra dessa pesquisa, ainda é incipiente a produção científica na Pós-Graduação em Educação acerca do tema, haja vista que foram encontradas apenas 141 pesquisas, sendo só 13 compatíveis com o objeto deste estudo, que convergem quanto às conclusões, apontando para a necessidade de sociedade civil e científica atuarem em conjunto a fim de garantirem visibilidade e a implementação de políticas amparadas pelos direitos já adquiridos.

Palavras-chave: institucionalização; educação; produção científica.

ABSTRACT

This dissertation has as its object of analysis the relationship between the institutionalization of children and adolescents and the right to Education. Its general objective is to investigate the volume and characteristics of these thesis and dissertations produced on the relationship between care institutions and school in post-graduate education programs in the field of Education. The hypothesis of the study is that the approach of this relationship is not a recurring theme in post-graduate programs in the Education Area. The research is constituted as a bibliometric study. Data were collected in Master's Dissertations and Doctoral Theses in the scope of Education programs, between 1996 and 2021 in the CAPES Theses and Dissertations Bank and in the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT). Official websites of agencies responsible for childhood and adolescence were also consulted, such as the National Council of Justice - CNJ, National Adoption System - SNA and Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE to understand the current situation of this population in a shelter situation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de pessoas com idade compreendida entre 0 e 19 anos de idade por estado	28
Tabela 2 - Número de habitantes por estado brasileiro (IBGE, 2020), número de crianças e adolescentes acolhidos em cada estado brasileiro, números correspondentes aos serviços de acolhimento (SNA, 2021)	28
Tabela 3 - Referente ao perfil dos acolhidos no Brasil, dados relacionados ao gênero	30
Tabela 4 - Referente ao perfil dos acolhidos no Brasil, dados relacionados à etnia	30
Tabela 5 - Referente ao perfil dos acolhidos no Brasil, dados relacionados ao tempo de permanência no serviço de acolhimento	30
Tabela 6 - Referente ao perfil dos acolhidos no Brasil, apresenta os dados relacionados à faixa etária.....	30
Tabela 7 - Resultados das buscas para a palavra-chave “acolhimento institucional” na plataforma CAPES.....	31
Tabela 8 - Resultados encontrados na plataforma CAPES para “acolhimento institucional”.....	34
Tabela 9 - Trabalhos localizados na CAPES para buscas feitas com a palavra-chave “abrigo”.....	36
Tabela 10 - Resultados encontrados na plataforma CAPES para “abrigo”	38
Tabela 11 - Trabalhos localizados na BDTD da plataforma IBICT para a palavra-chave “acolhimento institucional”.....	45
Tabela 12 - Resultados encontrados para palavra-chave “abrigo” na BDTD na plataforma IBICT	45
Tabela 13 - Distribuição da produção por base de dados	50
Tabela 14 - Distribuição da produção por ano de publicação	50
Tabela 15 - Distribuição da produção por Instituição de Ensino Superior (IES).....	51
Tabela 16 - Distribuição da produção em relação ao gênero dos autores	53
Tabela 17 - Distribuição da produção por tipo de documento	53
Tabela 18 - Distribuição da produção por região do país.....	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ilustração dos dados em relação às bases de dados	50
Gráfico 2 - Ilustração dos dados da tabela 14 em relação ao ano de defesa.....	51
Gráfico 3 - Ilustração dos dados da tabela 15 em relação às Instituição de Ensino Superior (IES).....	52
Gráfico 4 - Ilustração dos dados da tabela 16 em relação ao gênero dos autores	53
Gráfico 5 - Ilustração dos dados da tabela 17 em relação ao tipo de documento.....	54
Gráfico 6 - Ilustração dos dados da tabela 18 em relação às regiões do país.....	54

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CF – Constituição Federal
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CPAN – Campus do Pantanal
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM - Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-estar do Menor
GAAP – Grupo de Apoio à Adoção
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONG – Organização Não- Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PNBEM - Política Nacional de Bem-Estar do Menor
SAM - Serviço de Assistência ao Menor
ScieELO – Scientific Electronic Library Online
SNA – Sistema Nacional de Adoção
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TJMS – Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 JUSTIFICATIVA	11
1.2. OBJETIVO	13
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
2 PERCURSO HISTÓRICO DO DIREITO DA CRIANÇA NO BRASIL	18
2.1 DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: CONHECENDO AS PRIMEIRAS LEIS	21
2.2 DOS ORFANATOS AOS ABRIGOS E FAMÍLIAS ACOLHEDORAS.....	24
3 BREVE PANORAMA ATUAL DO ACOLHIMENTO NO BRASIL	27
4 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E ESCOLA NO BRASIL SOB OLHAR DE TESES E DISSERTAÇÕES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	32
5 ANÁLISES BIBLIOMÉTRICAS	50
6 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E ESCOLA: ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a relação entre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes e o direito à educação a partir de uma análise quantitativa das produções científicas no nível da Pós-Graduação, no campo da Educação, entre os anos de 1996 e 2021 e, também, de uma análise qualitativa orientada por pesquisa documental e revisão bibliográfica.

A fim de justificar a escolha do tema, esta primeira parte do trabalho apresenta as definições de acolhimento institucional e Educação que serão exploradas ao longo de todo o texto e, mais adiante, são apresentados os dados que remetem à história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil e os números que representam o acolhimento institucional no Brasil de hoje.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990), o acolhimento é uma medida de caráter provisório e excepcional, deve ser utilizada apenas como parte da transição, seja para uma reintegração junto à família de origem, após a intervenção da rede de atendimento à criança e sua família e, nos casos em que couber, colocação em família substituta, mas não implica em privação de liberdade.

Em parágrafo único, incluído pela lei nº 13.257 de 2016, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, faz menção ao público-alvo ao qual se destina essa medida, conforme a citação:

Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (BRASIL, 1990, art.3, parágrafo único).

Há duas modalidades de acolhimento, segundo a redação do ECA: o “acolhimento institucional” e o “acolhimento familiar”, que “são medidas provisórias e excepcionais” (art. 1, § 1). Estas constam em uma lista de medidas no artigo 101 desse documento, que devem ser tomadas pelo Estado de forma a intervir em situações em que forem verificadas ameaça ou violação dos direitos reconhecidos pelo Estatuto.

Ainda que o acolhimento institucional seja a modalidade mais recorrente no país, como será possível perceber pelos dados coletados no Sistema Nacional de Adoção – SNA apresentados mais adiante, o ECA conjectura que “a inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei (art.34,

§ 1º, incluído pela lei nº 12.010 de 2009). Como o próprio nome sugere “acolhimento institucional” é o acolhimento ou abrigo que ocorre através de uma instituição e o “acolhimento familiar”, através de uma família, denominada “família acolhedora”.

Segundo Matilde Luna, o acolhimento familiar é uma medida que oportuniza novos convívios entre crianças, adolescentes e famílias (LUNA, 1995). Tendo isso em vista, conforme o que preconiza o ECA sobre o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária, entende-se que o acolhimento familiar seja mais favorável ao desenvolvimento da personalidade da criança, por isso, esta tem sido uma prática disseminada socialmente a partir de iniciativas que unem Poder Judiciário e sociedade, mas como mostrarão as estatísticas relacionadas aos serviços de acolhimento Brasil a fora, ainda é incipiente.

O artigo do Estatuto que garante a crianças e adolescentes, sem distinção, o direito à convivência familiar e comunitária é o artigo 4º que diz que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Outro ponto a ser destacado é que, nesta pesquisa, a modalidade de acolhimento estudada é o acolhimento institucional como uma medida de proteção à ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes, ou seja, não constitui este estudo a medida de acolhimento como privação de liberdade, no caso de adolescentes que foram acolhidos institucionalmente por estarem em conflito com a lei.

No capítulo IV do Estatuto, sua redação versa sobre o Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, garantindo que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (art.53, lei nº 8.069/1990), assegurando-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

No mesmo sentido, o artigo 54 prediz que é dever do Estado assegurar ao público-alvo do Estatuto:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016)
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
- VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A educação, no Brasil, é um direito assegurado constitucionalmente e reiterado através de leis como o ECA e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996). Considerando a gênese dos direitos, a educação compõe o grupo dos direitos sociais, o que, segundo Botelho & Schwarcz (2017), remete à ideia central de justiça social, como o direito ao trabalho, à saúde, por exemplo.

Na Constituição Federal (BRASIL, 1988), o artigo 205 assegura que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Aqui, é importante salientar que se deve abrir um parêntese diante do que é possível encontrar na letra da lei e na realidade cotidiana, na garantia dos direitos positivados em lei, no oferecimento dos serviços que asseguram o acesso a tais direitos, bem como na implementação de políticas públicas. Essa distância, entre o que diz o Direito e o que permeia a vida do público-alvo dos acolhimentos institucionais no Brasil, sobretudo no que tange à educação a qual tem acesso, é registrada por autores como Moura (2021); Cruz (2015) e Silveira (2019) em suas Teses e Dissertações que compuseram esta pesquisa.

Ainda, considerando o artigo 205, é importante trazer à baila uma discussão sobre a definição de cidadania, que é um conceito muito amplo. Os autores Botelho e Schwarcz (2017) apresentam, entre outros, o que identificam como a “acepção talvez mais consensual de cidadania” que, segundo afirmam, é “ter direitos garantidos pelo Estado, com o qual também temos deveres” (p. 11). O que os autores permitem depreender desse conceito de cidadania é que pressupõe uma dinâmica de inclusão e exclusão, com base na ideia de que ter direitos garantidos pelo Estado não assegura o acesso a eles, o que reflete em desigualdades de classes, propiciadas pela inacessibilidade a determinados direitos, em alguns casos, fundamentais.

Retomando o objeto “a relação entre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes e o direito à educação a partir de uma análise quantitativa das produções científicas no nível da Pós-Graduação, no campo da Educação”, a pergunta que esta pesquisa busca responder é: As produções científicas na Pós-Graduação em Educação têm discutido a relação entre acolhimento institucional e o direito à educação? Atentando para o fato de que o acesso a um direito não necessariamente garante acesso a outros, conforme o que dizem Botelho e Schwarcz (2017) e, considerando aqui o acolhimento institucional como instrumento de garantia de direitos, tem-se, então, o cerne da pesquisa.

Segundo o ECA, o acolhimento institucional é, como já descrito acima, uma medida de proteção, podendo ser aplicada mediante a ameaça ou violação dos direitos reconhecidos pelo Estatuto. Ou seja, sendo uma medida de proteção e visando assegurar o cumprimento de uma lei, entende-se que a função do acolhimento perpassa a garantia de todos os outros direitos dos quais crianças e adolescentes são detentores.

1.1 JUSTIFICATIVA

A justificativa para a realização desta pesquisa orienta-se, primeiramente, pela perspectiva da autora a respeito da educação que, ao longo do texto, será amparada no entendimento de que ela não se limita ao “ensino” de conteúdos dispostos em disciplinas, embora este ensino seja fundamental. Ou seja, a Educação não deve se restringir à instrução técnico-profissional, mas, corroborando o pensamento de Digiácomo e Digiácomo (2017), deve contemplar também os direitos fundamentais do ser humano, como previsto no art. 32, inciso 5, da LDB (lei nº 9.394, BRASIL, 1996), que dispõe sobre incluir no currículo do ensino fundamental conteúdo referente aos direitos de crianças e adolescentes, utilizando como diretriz o ECA.

É importante pensar a Educação como um direito que é capaz de ampliar os meios de acesso aos demais direitos, uma vez que, através dela, o sujeito pode emancipar-se, tornar-se consciente dos processos que o alienam diante da sua própria condição (FREIRE, 1996).

Isto posto, o interesse pelo acolhimento institucional pode ser ilustrado pela minha trajetória acadêmico-profissional; sou graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, no *Campus* do Pantanal - CPAN, curso que, através do estudo da disciplina de Psicologia Jurídica, ministrada de forma optativa, suscitou-me o interesse pela atuação da Psicologia no âmbito jurídico. Eu pude associar os conhecimentos adquiridos nesta

disciplina à prática profissional, através de um estágio extracurricular no Fórum da Comarca de Corumbá, no núcleo Psicossocial, no qual assessorei a prática da Psicóloga da Comarca.

Durante o estágio, estive em contato, entre outros, com demandas de adolescentes e crianças institucionalmente acolhidos que estavam, temporária ou permanentemente, sob a tutela do Estado. Os pormenores que definem o tempo de institucionalização dos acolhidos serão explicados mais adiante.

Foi a partir desse estágio que busquei ampliar meus conhecimentos sobre o acolhimento institucional. Fiz isso através dos estudos que o meu estágio requeria e, no último ano de graduação, da pesquisa que realizei como suporte para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, com adolescentes acolhidos nas instituições de Corumbá e Ladário, as quais estão sob a jurisdição da Comarca na qual eu estagiava.

Paralelamente a isso, participei de eventos e grupos, como o Grupo de Apoio à Adoção do Pantanal – GAAP, na equipe de organização de caminhadas em alusão ao dia Nacional da Adoção e, depois de formada, continuei a frequentar as reuniões do grupo e, também, ministrei uma palestra sobre “o filho desejado e o filho ideal” falando aos pretendentes à adoção de Corumbá e Ladário. Todas as minhas participações tinham como objetivo suscitar a mobilização da comunidade local acerca do tema da adoção e dar visibilidade à situação dos acolhidos, a fim de romper com o estigma social que permeia a vida nas instituições de acolhimento.

O meu interesse pelo tema remonta, ainda, à oportunidade, na experiência relatada, de conhecer a realidade dos acolhidos, ir às instituições de acolhimento, entender as dinâmicas de funcionamento, escutar as crianças e adolescentes, ouvir as histórias que os levaram até ali, a partir de suas próprias perspectivas atravessadas pela infância e pela juventude – que são diferentes do que consta nos autos dos processos ou do que os adultos envolvidos nos processos descrevem. Ou seja, a partir das experiências que citei, pude enxergar o fenômeno social do acolhimento institucional e a realidade cotidiana dos acolhidos, não só através da observação documental ou da literatura, mas a partir da ótica que os próprios sujeitos acolhidos têm sobre sua condição.

Considerando o que a literatura diz através de autores como Freire (1996) e Botelho e Schwarcz (2017) e a realidade observada ao longo da minha prática de estagiária do Fórum e pesquisadora da área, senti a necessidade de continuar a estudar o tema no Mestrado, a fim de confirmar ou refutar uma das hipóteses que construí ao longo dos anos, de que a educação a qual crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional têm acesso pode estar se

apresentado como um instrumento de manutenção da condição de vulnerabilidade e de marginalização social.

Essa compreensão baseia-se no contato assistemático com a realidade de adolescentes egressos do acolhimento institucional e alguns ainda acolhidos, a partir da experiência relatada, quando foi possível notar que, embora matriculados regularmente em escolas da região, esses sujeitos pareciam não ter garantidas condições facilitadoras, que lhes permitissem se apropriar da função emancipatória da Educação, por exemplo.

Ao aprofundar os estudos e devido às intercorrências provocadas pela pandemia de Covid-19 que mudaram o rumo desta pesquisa, a hipótese que orientou a coleta de dados foi a de que o estudo dessa relação não é tema recorrente em programas de pós-graduação na Área da Educação, o que embasou o desejo de realizar uma análise quantitativa.

No tocante à relevância científica e social da pesquisa, Lopes e colaboradores (2008) endossam-na ao afirmarem que as ações da assistência social direcionadas à infância e à juventude populares, especialmente aos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, são desenvolvidas, majoritariamente, por órgãos e entidades não-governamentais, o que reforça a necessidade de investimento em pesquisas, estudos e, sobretudo, ações que se dediquem à promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

Ademais, o que afirmam esses autores reitera o que pude perceber através de anos de prática e estudos sobre o acolhimento institucional, que, embora o Brasil tenha uma legislação completa, que ampara direitos da infância e adolescência, no contato com as instituições de acolhimento, ainda nos deparamos com lacunas quanto à implementação e à fiscalização, o que reforça a relevância de produzirmos pesquisa e conteúdos acerca deste tema.

Com a atenção voltada a esse panorama, apresenta-se o objetivo desta pesquisa:

1.2. OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo geral investigar se a relação entre acolhimento institucional e educação tem sido um tema estudado em programas de pós-graduação na Área da Educação.

Esse objetivo foi escolhido dentro do contexto provocado pela pandemia de Covid-19, que ocasionou a necessidade de isolamento social, pois anteriormente, havia a expectativa de escutar os jovens diretamente sobre suas impressões e vivências relativas ao processo de escolarização. Diante do novo contexto, optou-se pela verificação da relação entre acolhimento institucional e educação por meio da literatura já publicada.

A fim de orientar o percurso de elaboração da pesquisa, foram projetados objetivos específicos, que facilitaram a compreensão do objetivo geral, bem como a coleta dos dados que possibilitaram a investigação proposta através dele.

Os objetivos específicos são: compreender a história do direito da criança e do adolescente, levantar o perfil dos acolhidos de hoje no país, desenhar o panorama atual do acolhimento institucional e familiar em todo o país.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo constitui-se uma pesquisa descritiva, o que, segundo Campos (2001), é aquela que apenas descreve a realidade, sem que nela interfira. Ou seja, apenas responde à pergunta metodológica “o que ocorre”, através do estudo quantitativo das produções científicas acerca do tema, a fim de verificar os indicativos sociais.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi elaborado um estudo bibliométrico que, dentre outras definições, pode ser entendido como “a aplicação dos métodos estatísticos ou matemáticos sobre o conjunto de referências bibliométricas” (ROSTAING, 1996, p. 17).

Conforme os autores Silva; Hayashi; Hayashi; (2011), a bibliometria e a cientometria utilizam métodos quantitativos para análises matemáticas de publicações e atividades científicas. O que possibilita a construção de indicadores destinados a avaliar a produção científica de indivíduos, áreas do conhecimento e países.

Os autores, ainda, afirmam que essas abordagens são passíveis de críticas por terem caráter quantitativo. O que remonta ao fato da produção e interpretação de indicadores bibliométricos ser uma tarefa complexa que exige daqueles que a produzem, o domínio de conhecimentos advindos de diferentes áreas do conhecimento.

Historicamente, os primeiros estudos adotando a abordagem bibliométrica apontam para o início do século XIX, evoluindo em termos de fundamentos, técnicas e aplicações dos métodos bibliométricos, com o passar dos anos.

Dentre as correntes que defendem suas definições como as mais pertinentes, os autores citam uma abordagem mais pragmática da bibliometria que a considera como “a aplicação dos métodos estatísticos ou matemáticos sobre o conjunto de referências bibliométricas” (ROSTAING, 1996, p. 17).

Ademais, o estudo bibliométrico é, ainda, com base na leitura de autores como Hayashi; Hayashi; Silva (2011), citando Rostaing (1996) e Okubo (1997), um método flexível para analisar a tipologia, a quantidade e a qualidade das fontes de informação citadas em pesquisas.

Dentre outras, essa é a que permite as seguintes aplicações da bibliometria: a seleção de livros e publicações periódicas, a identificação das características temáticas da literatura, por exemplo.

Através da análise bibliométrica, que apresenta como resultados indicadores científicos, é possível observar o produto das produções científicas que têm sido realizadas sobre determinadas temáticas, no caso desta pesquisa em questão, da relação entre educação e acolhimento institucional.

Como categorias para análise, foram levantados: as datas de defesa, as instituições de ensino superior nas quais os trabalhos foram produzidos, o tema principal abordado, o gênero dos autores, o tipo de produção e a região do país.

Ao escolher os descritores que foram utilizados na busca, na realização da etapa da análise bibliométrica, foi necessário levar em conta o contexto sócio-histórico a partir do qual a pesquisa foi construída.

Além do material coletado para o estudo bibliométrico, também foram coletados dados sobre o perfil dos acolhidos no Brasil, através do Sistema Nacional de Adoção – SNA, que está disponível no site do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Dados esses que foram dispostos ao longo do texto permeados pelo que diz a literatura especializada a respeito do acolhimento institucional no Brasil, o que, para ser passível de compreensão, precisa remeter à história do Direito da Criança e do Adolescente, antes mesmo de existirem as leis e o acolhimento institucional como se conhece hoje.

Este estudo está dividido em três capítulos. O primeiro se estrutura a partir desta introdução, com a justificativa e relevância social do tema, os objetivos, a hipótese e a metodologia adotada para a execução desta pesquisa científica.

Posteriormente, encontra-se o primeiro capítulo, que é composto por tópicos que norteiam a compreensão do percurso histórico do acolhimento no Brasil, tais como a história do acolhimento no Brasil no contexto do direito de crianças e adolescentes, e de orfanatos às instituições de acolhimento.

O segundo capítulo aborda o panorama atual do acolhimento no Brasil com o intuito de apresentar o quantitativo de crianças e adolescentes em situação de acolhimento no Brasil e o perfil sociodemográfico desta população. Em seguida, apresenta-se um terceiro capítulo, contendo a análise bibliométrica dos dados e algumas considerações a partir dos resultados obtidos.

Nas considerações finais, são retomados aspectos mais relevantes do trabalho em relação à temática que é foco de atenção: a relação entre acolhimento institucionais e a educação

e são apresentadas sugestões para próximos trabalhos, tendo em vista os desafios e avanços percebidos que ainda circunscrevem a realidade da temática.

Ademais, a fim de garantir a fidedignidade deste estudo, os procedimentos realizados ao longo da pesquisa serão apresentados a partir deste parágrafo. É importante explicar que, como já registrado, a pesquisa foi reestruturada devido às mudanças causadas no mundo pela Covid- 19 e, ainda, pela condição de saúde da autora que, precisou solicitar dilação de prazo, o que acarretou mudanças consideráveis em relação à metodologia utilizada e o tipo de estudo que foi realizado.

A pesquisa conta com revisão da literatura que explicita as mudanças destinadas ao lugar da criança e do adolescente na sociedade brasileira, o que delineou as ações da sociedade civil e do próprio Estado frente ao público infanto-juvenil. Esta foi a primeira parte da pesquisa a ser construída. A segunda parte contempla a análise bibliométrica dos dados coletados nos dois bancos de dados utilizados, que foram o Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT e há, também, a parte que diz respeito à análise qualitativa dos dados, feita com base nos 13 estudos compatíveis com o tema abordado.

A coleta de dados para o estudo bibliométrico começou em março de 2022, no entanto, por erros técnicos que poderiam comprometer a pesquisa, foi refeita e finalizada em julho de 2022. As buscas foram feitas com as palavras-chaves “acolhimento institucional” e “abrigo” em ambas as plataformas e a escolha do filtro foi pautada na impossibilidade de utilizar exatamente o mesmo filtro, haja vista que as plataformas têm estruturas de busca diferentes. Nas buscas realizadas na CAPES, o filtro utilizado foi o “área avaliação” no qual era selecionada a opção “educação”, e nas buscas no IBICT o filtro similar era o “programa de pós-graduação” no qual o selecionado era “programa de pós-graduação em educação”.

As tabelas nas quais constam a listagem com todos os trabalhos foram divididas em 4, sendo 2 tabelas para os trabalhos encontrados na CAPES, outras 2 para os dados localizados na IBICT. Os trabalhos que aparecem mais uma de vez foram apresentados na quinta tabela.

Os trabalhos foram conferidos um a um, lendo-se título, autores, ano de publicação, instituição de ensino e os resumos que, quando tinham relação com o tema desta pesquisa, eram listados em uma outra tabela, a qual foi utilizada na construção da discussão desse estudo.

O mesmo procedimento aconteceu em relação às duas plataformas. Os dados foram listados, conferidos e confrontados, pelo menos, 10 vezes, a fim de que não houvesse a possibilidade de erro e impossibilidade de entendimento por parte do leitor.

Ao final de toda coleta, foram construídos os gráficos, a fim de ilustrar os resultados da análise bibliométrica dos dados e refletir o panorama da produção científica a nível de Pós-Graduação em Educação acerca do tema estudado.

Faz-se importante informar que não foram localizados documentos ou literatura acerca das diligências, ações ou planejamento do governo atual em relação ao Acolhimento Institucional no Brasil. Em buscas realizadas em banco de dados como *Scielo Brazil* não foram localizados estudos que pudessem compor essa pesquisa e contrapor os discursos apresentados pelos autores das 13 produções científicas analisadas, uma vez que os autores convergem no mesmo sentido, ao afirmarem que falta implementação na formação dos profissionais que atendem crianças e adolescentes institucionalizados nas escolas e nas políticas públicas que se destinam a esse público.

Ainda que aja, dentre os estudos analisados, discursos que representem a escola como o único lugar no qual os sujeitos experienciam o sentimento de pertencimento, no entanto, a maior parte dos relatos apontam que há uma incongruência na formação dos professores em relação às demandas com as quais têm de lidar dentro de sala de aula.

Por entender que a exposição dentro do estudo de literatura ou documentos desse teor pudessem enriquecer o trabalho, faz-se indispensável a sinalização feita no parágrafo anterior, a fim de que conheçam que este foi um dos desafios que permeou a construção da pesquisa, esbarrar em lacunas como essa, além dos demais desafios, citados anteriormente.

Todavia, foi possível localizar um livro da Secretaria de Direitos Humanos que fala sobre as frentes nas quais a Secretaria atuou entre os anos de 2003 e 2010. O livro intitulado “Direitos Humanos: A atuação da Secretaria de direitos humanos da presidência da República 2003 – 2010” elenca e explana acerca das ações da Secretaria relacionadas ao direito do idoso, da pessoa com deficiência, de crianças e adolescentes, como, por exemplo, as conferências nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente convocadas pelo SDH/PR e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) cujos objetivos eram orientar a elaboração e a construção de normas voltadas às políticas de promoção e proteção aos direitos de brasileiros e brasileiras com idade inferior a 18 anos.

Sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda vale mencionar que ele foi criado em 1991, pela Lei nº 8.242 e sua criação foi prevista pelo ECA como órgão máximo de decisão e controle sobre as políticas públicas para a população infanto-juvenil. Ou seja, este é um dos órgãos que deve ser chamado para o debate, sobretudo, após a análise dos resultados obtidos através desta pesquisa.

2 PERCURSO HISTÓRICO DO DIREITO DA CRIANÇA NO BRASIL

Ao buscar ilustrar como se deram as transformações do lugar ocupado pela criança e pelo adolescente ao longo dos anos, nas culturas, legislação e sociedades, que culminaram no que se conhece hoje, faz-se indispensável revisitar os primeiros modos de assistência à infância. Mas, para isso, há que se compreender, primeiro, o porquê de o conceito de infância adotado pelas sociedades hoje ser um conceito moderno, permeado, sobretudo, pela influência das funções exercidas pelas instituições sociais escola e família (ARIÈS, 1978, DIAS; SILVA, 2012).

Pela literatura especializada (GUEDES; SCARCELLI, 2014; MARCÍLIO, 2006; RIZZINI, 2011), é possível compreender que no Brasil a assistência à infância foi desenhada a partir de três principais modalidades que, embora hoje compreendam um paradoxo, diante dos avanços no âmbito social, político e jurídico, ainda coexistem em diferentes níveis, denunciando a incipiência na garantia de direitos às crianças e adolescentes no país, mesmo após trinta e um anos da promulgação do ECA (BRASIL, 1990).

Através do que dizem esses autores e, ainda, Caponi (2000) e Silva (2004), é possível depreender que as três principais modalidades nas quais se baseavam a forma de assistir a infância no Brasil, desde a época Colonial, têm em comum que o foco dessa assistência não estava no assistido – crianças abandonadas, desvalidas, filhos fora do casamento, órfãos, mas, sim, em atender aos anseios pessoais, religiosos ou morais de quem prestava a assistência, bem como das demandas sociais como ordem e segurança nacional.

Guedes e Scarcelli (2014) apresentam os três tipos de assistência com base no trabalho de Marcílio (2006): os modelos da assistência caritativa, o modelo filantrópico e o modelo de bem-estar social. É importante salientar que alguns autores entendem que as escolas jesuítas no Brasil, embora façam parte da história do Brasil Colônia, já devem ser compreendidas como uma forma de assistência.

Outra forma de assistir a infância foi marcada por práticas que compreendem o que ficou conhecido como movimento higienista, que estão presentes no modelo filantrópico que, segundo Guedes e Scarcelli (2014), era voltado para o controle e coerção social. Uma lógica que, simplificada, pode ser traduzida em atender à infância desvalida através do controle, do isolamento social, do acolhimento, antes que ela se tornasse sem controle, ou seja, como as autoras usam, antes que a transição entre o “em perigo” para o “perigoso” terminasse.

Guedes e Scarcelli (2014) apontam, ainda, que no modelo caritativo há uma preocupação em atender, demonstrando as qualidades da pessoa religiosa em servir, em ajudar, mas subestimando a importância de observar quais são, de fato, as transposições feitas a partir das mudanças que essa assistência suscitou. Marcílio (2006) reitera o discurso ao afirmar que “a ideia disseminada era de que as crianças abandonadas possibilitavam a prática da compaixão”.

O modelo filantrópico segue um pouco esta lógica ainda, mas se orienta pela medicina higienista, pautando-se na preocupação de que a infância descuidada afetasse não apenas a família, mas a ordem e a estrutura social. Guedes e Scarcelli citam Rizzini; Serra (2011) ao explicarem que “a medicina higienista, aliada ao direito, operou como norteador dessas práticas, avaliando, e julgando, o grau de capacidade e dignidade das famílias em cuidar de seus filhos” de modo a prevenir as consequências que em perigo pode trazer para sociedade.

Já o modelo de bem-estar social, instituído principalmente a partir do período da Ditadura Militar no Brasil, ainda que já contasse com um instrumento legal de intervenção do Estado em relação às questões da infância, o Código de Menores de 1927 (Decreto nº 17.943, 1927), foi representado por ações voltadas à repressão, à institucionalização deliberada, sem uma preocupação com uma assistência protetiva, que garantisse direitos (MARCÍLIO, 2006).

Isto, para autoras como Marcílio (2006), expunha a ineficácia do Estado frente às necessidades da infância, porque, apesar da existência do Código de Menores de 1927 (Decreto nº 17.943, 1927), o Estado, até os anos 60, não assumiu papel de interventor no que tange a assistência, proteção e garantia de direitos à infância compreendida como desvalida.

Corroborando, nesse sentido, Silva (2004) ao afirmar que no contexto da ditadura militar os cuidados com a infância considerada desvalida e delinvente fundiram-se à Lei de Segurança Nacional, o que fez com que as instituições, planos e legislação criados nessa época adotassem o caráter coercitivo, punitivo e as ações que permeavam a institucionalização acontecessem sem muitos critérios e marcadas por violência e isolamento social, tendo em vista a conjuntura do país e o lugar da assistência à infância na época – que não era destinada a todas as crianças e adolescentes, mas àquelas “desvalidas” e “delinquentes”.

A partir dos anos 70, com a transição que prenunciava mudanças no cenário sociopolítico do país, a força dos movimentos sociais em defesa da infância passou a denunciar a perversidade e a ineficácia das políticas e da legislação vigente no atendimento a crianças e adolescentes, conforme Silva (2004). Nos anos que se sucederam, os ganhos para o direito da criança e do adolescente foram os mais significativos na história do país até hoje, em 1988, com a, à época, nova Constituição Federal, dois anos depois, em 1990, com o Estatuto da Criança e

do Adolescente (Lei Federal n. 8.069, 1990) que reafirmou a doutrina da proteção integral, trazendo à criança e ao adolescente o status de “sujeito de direitos”.

No tocante ao percurso histórico da legislação relacionada aos direitos de crianças e adolescentes, esta pesquisa se atém a três leis principais, as quais sejam: o primeiro Código de Menores, conhecido também como Código de Melo Mattos, de 1927 (Decreto nº 17.943-a, de 12 de outubro de 1927), o Código de Menores de 1979 (Lei nº 6.667, de 10 de outubro de 1979) e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990).

Ainda que não seja o instrumento orientador deste estudo, a Constituição Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), que é denominada “cidadã” por alguns autores, pela transição democrática ocorrida no final dos anos 70 e início dos 80, pautada pelo reconhecimento e exercício pleno de direitos de todas as áreas (BOTELHO; SCHWARCZ, 2017), trouxe à luz a necessidade de mudança de paradigma em relação à legislação destinada ao público infanto-juvenil, inclusive, foi ela que prenunciou a abordagem protetiva que o Estatuto faria às questões da infância e juventude no Brasil.

A perspectiva adotada a partir da Constituição de 1988 é bastante diferente das encontradas na legislação anterior sobre a criança e o adolescente. O Código de Menores de 1927 preocupou-se com essa população sob a ótica da delinquência e, embora tenha sido publicado mais de cinco décadas depois, o Código de Menores de 1979 reiterou o paradigma apresentado pela legislação anterior, em classificar a infância em “regular” e “irregular”, atribuindo um valor moral à classificação na qual se pauta, considerando questões de ordem coletiva e nitidamente complexas, como problemáticas sociais e políticas, como se fossem questões individuais e familiares, por exemplo, como elucida Seabra (2021).

Para Mendez (1999 *apud* SEABRA, 2021), a Doutrina da Situação Irregular remete a uma atuação assistencialista do Estado em relação aos “menores”. Para ele, sob a égide dessa Doutrina, as crianças e adolescentes que se encaixavam no perfil atribuído à situação “irregular” eram objetos de direitos e da “compaixão-repressão” do Estado. Anísio Garcia Martín (1988, *apud* SEABRA, 2021), outro estudioso do tema, explica que a “situação irregular” é, antes de qualquer conceituação, uma criação da doutrina jurídica, baseada em uma conceituação filosófica cristã, que leva em conta a máxima de “amar o pecador e detestar o pecado” (p. 9).

No entanto, a necessidade de mudança no contexto social, cultural e jurídico, sublinhada pelas novas configurações diante da redemocratização do país, faz com que a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente apresente-se um novo paradigma, o da proteção integral, que advém dos direitos assegurados pela nova Constituição Federal e pela organização de diferentes

segmentos da sociedade na luta por direitos de crianças e adolescentes (PILOTTI; RIZZINI, 1995).

O paradigma da proteção integral juntamente com os princípios da prioridade absoluta e do melhor interesse da criança formam a tríade principiológica que sustenta o ECA, que é o instrumento legal máximo no que concerne os direitos do público infanto-juvenil no país, responsável por normatizar leis e políticas de atendimento às demandas desse público.

Dentre os direitos que aparecem na redação do Estatuto, há as medidas de proteção, que são acionadas quando se confirmam a ameaça a direitos, buscando evitar que haja a violação de fato ou que, caso já tenha sido violado algum direito, não sejam violados outros. Um dos direitos previstos é o do acolhimento institucional no caso de grave violação dos direitos da criança e do adolescente, como será abordado mais à diante.

2.1 DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: CONHECENDO AS PRIMEIRAS LEIS

Neste subitem serão expostos os códigos de menores de 1927 (Decreto nº 17.943-A, 1927) e 1979 (Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979), a fim de possibilitar a compreensão da ideia em torno da infância à época da promulgação destes documentos. O que, mais adiante, oportunizará a percepção de que o Estado, a Sociedade e a cultura judiciária avançaram muito, ao promulgar uma lei como o ECA (BRASIL, 1990).

O primeiro Código de Menores foi promulgado em 1927 (Decreto nº 17.943-A, 1927) e foi o primeiro documento destinado à população com menos de 18 anos no Brasil, um decreto que ficou popularmente conhecido como Código de Mello Matos, em homenagem a um renomado magistrado da infância e juventude da época, que encabeçou a reformulação do projeto que deu origem a legislação citada. Conforme consta na redação desse documento (BRASIL, 1927), seu propósito foi “consolidar as leis de assistência e proteção de menores”.

A nomenclatura utilizada na construção do Código de Menores denota o paradigma adotado. Uma vez que se refere, em vários pontos do Decreto, à criança como “objeto”, como exposto no art. 2, que diz que toda criança menor de dois anos se torna objeto vigilância da autoridade pública, com o fim de lhe proteger a vida e a saúde.

No art. 11 da lei supracitada a redação refere-se à autonomia dos estados e dos municípios acerca dos modos de organização do serviço de vigilância instituídos pelo Decreto e no artigo 14º especifica que serão considerados expostos, como as crianças que eram

colocadas nas Rodas dos expostos, os infantes que tinham até sete anos de idade, encontrados em estado de abandono, onde quer que seja.

Em seu artigo 26, o Decreto define o que seriam os abandonados segundo esta lei, que seriam os menores de 18 anos que não tinham habitação certa nem meios de subsistência, por serem seus pais falecidos, desaparecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja guarda vivam.

Há, a partir da promulgação do Código de 1927 o início da transição do modelo caritativo para o de bem-estar social, ou seja, é a partir daqui que o Estado surge com papel de destaque em relação ao atendimento à infância. No entanto, como já foi mencionado na introdução, Marcílio (2006), aponta que foi apenas na década de 60 que o Brasil se tornou o principal responsável pela assistência e proteção do público infanto-juvenil, criando uma Política de Bem-Estar Social para os assuntos da infância. Isso, porque, os expostos antes, crianças que eram deixadas nas rodas dos expostos, ficavam aos cuidados da Igreja Católica, nas Casas de Misericórdia. Nesse ponto da história, passam a receber atenção do Estado, ao menos no que se refere à normatização das ações direcionadas a essa população.

Sobre o segundo Código de Menores, Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979, foi revogado em 1990. No entanto, seu conhecimento é indispensável para a construção de um entendimento a respeito do Direito de Crianças e Adolescentes. Por isso, serão apresentados aqui os principais pontos dessa Lei.

Em primeiro lugar, não se pode desconsiderar o fato de que o Código de 1979 levava em conta a Política de Bem-estar do Menor (PNBEM) que, conforme explica Miranda (2020), foi criada no primeiro ano do regime militar, a fim de estabelecer as diretrizes das ações de assistência às meninas e meninos considerados “menores”, o que incluiu a implantação da Fundação Nacional do Bem-estar do Menor – FUNABEM e de suas respectivas unidades estaduais – conhecidas como Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor – FEBEM. O Código de 1979 estava voltado à infância e à juventude em “situação irregular” conceito importado da cultura jurídica que permeou durante anos a compreensão social sobre a infância e a adolescência no país.

Seabra (2021) sublinha quais eram as características do público ao qual se destinava o código de menores, configurando-se “situação irregular”:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III - em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário

aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI - autor de infração penal.

O autor tece, ainda, uma crítica à forma deliberada com a qual eram tratadas as decisões relativas às vidas de crianças e adolescentes sujeitados à Justiça, ao afirmar que

“Em nome desta compreensão individualista, biologista, o juiz aplicava a lei de menores sempre a partir de uma intenção positiva, a qual transitava entre o dilema de satisfazer um discurso assistencialista e uma necessidade de controle social.” (SEABRA, 2021, p. 63).

As instituições responsáveis por implementar a Política de Bem-estar do Menor, como as legislações anteriores, não faziam distinção quanto à gênese do problema, ou seja, não individualizavam o atendimento a cada criança e adolescente. Martins (2009) aponta que não se distinguiam situações derivadas da conduta pessoal do adolescente daquelas que envolviam maus-tratos e abandono, por exemplo. Nas palavras do autor (2009, p. 32), a Política de Bem-estar do Menor:

[...] tinha como meta a garantia da segurança nacional, no entanto, suas ações se davam por meio repressivo e pela prática antiga do recolhimento de crianças nas ruas, tendo eles cometido atos ilícitos, ou não, e a institucionalização de “menores” continuava a ser o foco principal das políticas da época, enfatizando a ideia das grandes instituições, onde se misturavam “menores” infratores com “menores” abandonados.

Um outro aspecto importante é apresentado no art. 8 do documento, a respeito da figura da autoridade judiciária, que personifica a Justiça e o Estado e, segundo o artigo supracitado, poderia, além das medidas especiais previstas pela lei em questão, determinar outras medidas, ao seu prudente arbítrio. Ou seja, bem como em 1927, a criança ou adolescente e seus destinos eram decididos ao critério de cada juiz, reiterando o seu valor de objeto de tutela.

É importante dizer que não ocorreram mudanças muito significativas quando foi publicado o decreto promulgando este novo código de menores, de 1979, sobretudo, por ambas as leis, de 1927 e 1979, manterem a chamada “mentalidade menorista” apontada pela forma como se referiam à criança e ao adolescente em suas redações, que eram intitulados de “menor”, e da forma como classificam a necessidade de intervenção do Estado, sendo considerada assistência válida àqueles que estivessem na dita “situação irregular” que, à época, em nada se distinguiu “situação de risco” e “prática infracional”.

Rizzini e Rizzini (2004) corroboram, nesse sentido, ao apontar que a legislação dita “menorista” confirmava e reiterava a concepção que defendia que havia uma incapacidade por parte das famílias pobres em educar os filhos, isto é, a ideia de “situação irregular” era

compreendida como uma característica fruto das condições de vida das camadas da população socialmente vulneráveis, como é possível depreender do art. 2º da lei n.6.697/79.

Por fim, vale dizer que nas leis de assistência e proteção à infância de 1927 e 1979, a criança e o adolescente eram objetos de tutela ou supervisão dos adultos. O que explica que, embora, o Código de Menores de 1979 sirva como instrumento de estudo que possibilita a compreensão da história e do percurso jurídico, essa Lei foi expressamente revogada em 1990, com a promulgação do ECA.

2.2 DOS ORFANATOS AOS ABRIGOS E FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Autoras como Rizzini e Rizzini (2004) apontam que a análise da documentação histórica sobre a assistência à infância nos séculos XIX e XX revela a forte presença da institucionalização no atendimento à infância. Pilotti e Rizzini (1995) corroboram ao dizer que foi instituída uma verdadeira “cultura de institucionalização” no país.

À época, não havia aparato jurídico que defendesse o direito das famílias pobres de criarem os seus filhos, por isso, conforme constataram Rizzini e Rizzini (2004, p. 13), “crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas”. Crianças órfãs, abandonadas e, cuja família vivesse em situação de vulnerabilidade econômica: todas tinham o mesmo destino.

Dito isso, é possível entender qual era o perfil das crianças que viviam nos orfanatos e compreender a que se destinavam estas instituições. As instituições denominadas “orfanatos” ou, ainda, “internato de menores”, até a década de 1980, funcionavam aos moldes de asilos e, em quase sua totalidade, as crianças que residiam nestas instituições tinham família (RIZZINI; RIZZINI, 2004). Ainda segundo as autoras, os orfanatos caíram em desuso, não sendo mais reconhecidos como uma forma legalmente aceita de institucionalização de crianças e adolescentes. No entanto, para Rizzini e Rizzini (2004), o país ainda não encarou as raízes da institucionalização da infância, por isso, ainda temos instituições atuando em moldes semelhantes até hoje.

Da década de 1990 até os dias atuais, a única forma de acolhimento à infância e à adolescência que necessitam de proteção reconhecida por lei é, conforme expressa o ECA (Lei nº 8.069/1990), o acolhimento institucional, que “é uma medida de proteção aplicável a crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados” (art.101, inciso VII, ECA). A lei nº 12.010 de 2009 (BRASIL, 2009) alterou a redação do Estatuto, incluindo o acolhimento

familiar como opção e determinando o período de, no máximo, dois anos, salvo exceção para alguns casos específicos, conforme o entendimento do magistrado, isso, claro, sob a orientação do melhor interesse da criança e adolescente acolhido.

Em relação à modalidade de acolhimento familiar, como já foi explicado na introdução, é possível observar que, ainda que seja uma outra via de acolhimento, inclusive preferível juridicamente, levando em conta que o ECA preconiza a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990), na maioria dos estados brasileiros ainda prevalece a modalidade de acolhimento institucional.

No capítulo sobre o panorama atual do acolhimento institucional no Brasil será possível perceber que há uma incongruência entre o que preconiza a legislação e o que acontece na realidade dos acolhimentos. Principalmente, em relação aos dois fatores abordados acima: tempo de permanência na instituição/ família acolhedora e a implementação do acolhimento da modalidade familiar.

As causas da proteção à criança e ao adolescente em acolhimento institucional ou familiar pode ser indicativo de necessidade de encaminhamento futuro à adoção. O processo que torna possível a relação entre acolhimento institucional e adoção é a destituição do poder familiar, e a respeito disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 101, em virtude do melhor interesse da criança, traz no inciso 9, o que foi incluído ao ECA através da lei nº 12.010, de 2009:

Em sendo constatada a impossibilidade de reintegração da criança ou do adolescente à família de origem, após seu encaminhamento a programas oficiais ou comunitários de orientação, apoio e promoção social, será enviado relatório fundamentado ao Ministério Público, no qual conste a descrição pormenorizada das providências tomadas e a expressa recomendação, subscrita pelos técnicos da entidade ou responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, para a destituição do poder familiar, ou destituição de tutela ou guarda.

Como apresenta a redação do inciso acima, a destituição do poder familiar só acontece quando são esgotadas as possibilidades de reintegração familiar, tendo em vista, o que é melhor para o pleno desenvolvimento da criança ou adolescente ao qual se destine os efeitos da decisão e quando o poder judiciário envida esforços juntamente com a rede de atendimento à criança, a fim de possibilitar meios de eliminar os motivos que desencadearam o acolhimento. Durante todo o processo, a criança ou adolescente acolhido permanecem institucionalizados, o que explica os números de acolhimento e adoção no Brasil serem apresentados pelo mesmo órgão, como será visto no capítulo posterior, sobre o panorama atual do acolhimento no país.

Ademais, cabe, ainda, explicar que

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei (Inciso 1º, parágrafo único, art. 19 do ECA, Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017).

Ademais, a explanação acima é indispensável à compreensão da relação entre adoção e acolhimento institucional, o que corrobora, também, com o exposto no breve panorama atual do acolhimento no Brasil, uma vez que os números de crianças acolhidas no país se cruzam com os números de crianças disponíveis à adoção, com foi explicado anteriormente.

Importante observar, também, que mesmo esta sessão segunda curta, foi possível apresentar através dela cenários diferentes no que tange a adoção no Brasil, considerando a citação de Rizzini e Rizzini (2004) que falava sobre uma “cultura de institucionalização” no país e o recorte do que traz a redação do ECA, a respeito da reavaliação que é feita, a cada 3 meses, a fim de decidir o destino da criança ou adolescente, tendo como recurso orientador o Estatuto e o que ele preconiza, ou seja, considerando primariamente, o melhor interesse da criança ou adolescente e o seu pleno desenvolvimento.

O que, tendo o ECA como instrumento norteador, deve levar em conta direitos como o direito à convivência familiar e comunitária, por exemplo. O que reforça, implicitamente, a mudança de paradigma, porque foi a partir do ECA, que a criança e o adolescente passaram a ser sujeitos detentores de direitos, e, por isso, a decisão do juiz deve ser pautada em todo um estudo de caso que é feito a partir da articulação entre os diferentes órgãos conforme o parágrafo único supracitado, visando atender às necessidades desses sujeitos.

3 BREVE PANORAMA ATUAL DO ACOLHIMENTO NO BRASIL

Aqui, serão expostos os números que desenham o cenário da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil de hoje. Considerando a justificativa do trabalho e a literatura que já foi exposta até aqui, esta é a parte do trabalho que, juntamente com os resultados do estudo bibliométrico, permite a compreensão da trajetória do direito da criança e do adolescente. Aqui, foram cruzados dados do IBGE, número de crianças e adolescentes em cada estado da federação e total no país; com os números de serviços de acolhimento, institucional e familiar; e número e perfil de crianças e adolescentes acolhidos, ou seja, a partir da análise desses dados é possível depreender como se relacionam lei e realidade, ainda que esses dados representem um recorte dela.

Hueb (2016) ressalta que o acolhimento tanto pode ser uma forma de espera pela reinserção na família de origem como pode ser visto como período de transição para o processo de adoção, quando não há mais possibilidade de reintegração junto à família. Como já dito no capítulo anterior, por esse motivo, os dados de acolhimento e adoção se cruzam, uma vez que, esgotadas as possibilidades de reinserção na família de origem, após um trâmite legal, a criança ou adolescente é inserido num banco de dados destinado à adoção, visando o seu melhor interesse e sua colocação em uma família que garanta o seu pleno desenvolvimento. Dessa forma, para acesso aos números aproximados de crianças e adolescentes em acolhimento pelo Estado, acessa-se o Sistema Nacional de Adoção – SNA disponível através do site do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

De acordo com relatórios do Sistema Nacional de Adoção – SNA, no Brasil, em dezembro de 2021 o número de crianças e adolescentes acolhidos totalizava 30.975 e o de Serviços de Acolhimento Institucional/ Familiar era de 4.809.

A tabela a seguir dispõe de dados de duas fontes distintas; os dados relacionados à população estimada - e a relação dessa população por idade - dos estados e o Distrito Federal do Brasil foram coletados a partir das informações disponibilizadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e são dados que, embora disponibilizados em 2021, referem-se a 2020, segundo o site do IBGE. Os demais dados, relativos aos Serviços de Acolhimento no Brasil são oriundos dos relatórios do SNA, que, conforme informações do próprio site foram atualizados no ano de 2021.

Os dados estão relacionados à população infanto-juvenil, cuja faixa etária corresponde ao intervalo entre 0 e 19 anos de idade, estando os dados divididos em grupos por idade, no sentido horizontal da tabela (linhas) e sequenciados por estado brasileiro, conforme o sentido

vertical da tabela (colunas). Estes dados foram coletados no mês de janeiro de 2022 no site do IBGE, com base no censo de 2010.

Tabela 1 - Número de pessoas com idade compreendida entre 0 e 19 anos de idade por estado

UF/Nº	0 A 4 ANOS	5 A 9 ANOS	10 A 14 ANOS	15 A 19 ANOS	Total 0-19
ACRE	77.492	82.158	87.707	76.983	324.340
ALAGOAS	272.485	300.299	337.867	312.915	1.223.602
AMAPÁ	70.049	72.502	79.104	73.244	294.899
AMAZONAS	371.367	384.282	400.697	364.761	1.521.107
BAHIA	1.061.640	1.191.157	1.339.561	1.326.320	4.918.678
CEARÁ	644.701	696.378	847.464	846.653	3.035.196
DISTRITO FEDERAL	189.171	200.087	219.091	220.178	828.527
ESPÍRITO SANTO	244.195	264.907	302.376	301.522	1.113.000
GOIÁS	438.403	472.711	531.291	533.337	1.975.742
MARANHÃO	636.527	673.526	725.332	682.351	2.717.736
MATO GROSSO	243.261	254.201	281.507	284.316	1.063.285
MATO GROSSO DO SUL	191.472	197.829	222.088	225.991	837.380
MINAS GERAIS	1.276.720	1.429.628	1.687.608	1.719.107	6.113.063
PARANÁ	713.881	768.059	909.399	928.028	3.319.367
PARAÍBA	291.144	314.152	348.584	352.858	1.306.738
PARÁ	737.416	781.331	836.356	787.403	3.142.506
PERNAMBUCO	677.855	744.922	835.099	813.400	3.071.276
PIAUI	248.393	272.014	309.431	302.008	1.131.846
RIO GRANDE DO NORTE	235.836	255.883	293.629	297.238	1.082.586
RIO GRANDE DO SUL	642.451	723.782	861.658	875.601	3.103.492
RIO DE JANEIRO	989.199	1.092.557	1.305.109	1.270.457	4.657.322
RONDÔNIA	128.009	139.443	156.276	155.795	579.523
RORAIMA	47.618	49.182	52.332	46.961	196.093
SANTA CATARINA	406.906	436.646	519.558	545.405	1.908.515
SERGIPE	168.893	179.107	208.209	202.088	758.297
SÃO PAULO	2.678.908	2.860.037	3.325.558	3.302.557	12.167.060
TOCANTINS	122.741	130.989	144.244	139.275	537.249
TOTAL DO PAÍS	13.806.733	14.967.767	17.167.135	16.986.788	62.928.423

Fonte: elaborada pela autora com base em dados do IBGE (2022).

Tabela 2 - Número de habitantes por estado brasileiro (IBGE, 2020), número de crianças e adolescentes acolhidos em cada estado brasileiro, números correspondentes aos serviços de acolhimento (SNA, 2021)

Relação dos Estados da Federação	Número de habitantes (dados do IBGE 2020)	Nº de crianças de 0 a 19 anos	Nº de crianças acolhidas	Número total de serviços de acolhimento	Número de serviços de acolhimento institucional	Número de serviços de acolhimento familiar
Acre	894.470	324.340	103	13	8	5
Alagoas	3.351.543	1.223.602	462	71	70	1
Amapá	861.773	294.899	89	13	12	1
Amazonas	4.207.714	1.521.107	264	35	16	19
Bahia	14.930.634	4.918.678	995	108	103	5
Ceará	9.187.103	3.035.196	839	165	137	28
Distrito Federal	3.055.149	828.527	363	16	15	1

Espírito Santo	4.064.052	1.113.000	800	140	98	42
Goiás	7.113.540	1.975.742	585	132	124	8
Maranhão	7.114.598	2.717.736	319	46	42	4
Mato Grosso	3.526.220	1.063.285	527	92	89	3
Mato Grosso do Sul	2.809.394	837.380	612	150	90	60
Minas Gerais	21.292.666	6.113.063	3.345	657	443	214
Pará	8.690.745	3.142.506	656	132	120	12
Paraíba	4.039.277	1.306.738	350	56	40	16
Paraná	11.516.840	3.319.367	2.740	705	494	211
Pernambuco	9.616.621	3.071.276	907	105	90	15
Piauí	3.281.480	1.131.846	157	14	12	2
Rio de Janeiro	17.366.189	4.657.322	1.537	219	170	49
Rio Grande do Norte	3.534.165	1.082.586	243	22	20	2
Rio Grande do Sul	11.422.973	3.103.492	3.420	534	382	152
Rondônia	1.796.460	579.523	144	52	47	5
Roraima	631.181	196.093	65	5	5	0
Santa Catarina	7.252.502	1.908.515	1.463	337	136	201
São Paulo	46.289.333	12.167.060	8.666	905	787	118
Sergipe	2.318.822	758.297	237	50	50	0
Tocantins	1.590.248	537.249	111	35	15	20
Total	211.752.695	62.928.423		4089	2.895	1.194

Fonte: IBGE (2020); SNA (2021).

Conforme conceitua a cartilha de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento Para Crianças e Adolescentes, do extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2009), o programa de acolhimento familiar consiste na inclusão de crianças e adolescentes em residências de famílias acolhedoras cadastradas, selecionadas, capacitadas e acompanhadas por equipe profissional competente.

Com base no mesmo documento, o acolhimento institucional diferencia-se pela inclusão da criança ou adolescente em uma instituição, de forma temporária, até sua reintegração à família de origem ou seu encaminhamento para a adoção. Pela tabela, é possível notar que os Serviços de Acolhimento oferecidos no Brasil são, em sua maioria, do tipo institucional.

Ao todo, hoje, são 30.048 acolhidos em todo o país, entre crianças e adolescentes, sendo que 4.080 estão disponíveis à adoção e 5.047 já estão em processo de adoção.

Ainda segundo as estatísticas apresentadas pelo SNA, pode-se observar os seguintes dados relacionados ao perfil das crianças e adolescentes acolhidos no Brasil, em 2021: gênero, etnia, tempo de acolhimento e faixa etária. Esses dados reforçam a importância de pesquisas desse tipo, sobretudo, por ser notório o distanciamento que há entre o que preconiza a lei e o que tem acontecido de fato, como o tempo de permanência nas instituições, por exemplo.

Tabela 3 - Referente ao perfil dos acolhidos no Brasil, dados relacionados ao gênero

Feminino	Masculino
14.747	14.799
49,9%	50,1%

Fonte: SNA (2021).

Tabela 4 - Referente ao perfil dos acolhidos no Brasil, dados relacionados à etnia

Branca	Preta	Parda	Não informado
4.479	2.139	7.137	15.616
15,2%	7,2%	24,2%	52,9

Fonte: SNA (2021).

Tabela 5 - Referente ao perfil dos acolhidos no Brasil, dados relacionados ao tempo de permanência no serviço de acolhimento

Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 ano a 2 anos	De 2 anos a 3 anos	Acima de 3 anos
10.773	5.590	5.213	3.155	4.779

Fonte: SNA (2021).

Tabela 6 - Referente ao perfil dos acolhidos no Brasil, apresenta os dados relacionados à faixa-etária

Até 3 anos	De 3 anos a 6 anos	De 6 anos a 9 anos	De 9 anos a 12 anos	De 12 anos a 15 anos	Mais de 15 anos
4.517	3.463	3.687	4.337	5.772	7.752

Fonte: SNA (2021).

É importante frisar que, segundo o ECA (BRASIL, 1990), as crianças são aquelas pessoas com até doze anos de idade incompletos e os adolescentes têm entre doze e dezoito anos de idade. A idade limite para o acolhimento, seja para entrada ou permanência, é de dezoito anos, por isso, o ECA (BRASIL, 1990) em seu artigo 92, ao enumerar princípios que devem ser adotados pelos serviços de acolhimento, determina que deve ocorrer “preparação gradativa para o desligamento” (princípio XII, art. 92, ECA), considerando, também, que o desligamento não é compulsório, mas acontece a partir do trâmite legal que, levará em conta os relatórios da instituição de acolhimento/família acolhedora, ou seja, a situação de vida daquele adolescente.

Os dados apresentados demonstram que crianças e adolescentes têm permanecido por um longo período acolhidas. Para que seja possibilitada uma melhor análise do panorama recente do acolhimento no Brasil, deve-se considerar o que a Lei nº 13.509/2017, conhecida como Nova Lei da Adoção (BRASIL, 2017) - que fez alterações no ECA, estabelece como o tempo máximo de permanência de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento: 18

meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao superior interesse do acolhido, o que deve ser devidamente fundamentado pela autoridade judiciária.

A Lei nº 13.509/2017 foi inicialmente vetada, no entanto, hoje é parte do Estatuto, através das consideráveis alterações que fez. Em relação, por exemplo, ao tempo determinado pelo ECA para que seja feita uma avaliação quanto à situação da criança ou adolescente acolhido. Antes da lei de 2017, o tempo era de 6 em 6 meses, hoje, o tempo deve ser de 3 em 3 meses.

Outro exemplo em relação às alterações feitas por essa lei, encontra-se no art.19, inciso 3º “A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período” (ECA, 1990) e ilustra a morosidade dos trâmites que são inerentes ao acolhimento institucional e que, em contrapartida, fazem com que crianças e adolescentes permaneçam nas instituições por longo período.

Como exposto acima, um prazo de 90 dias que pode ser prorrogado para que sejam realizadas buscas por família extensa, que são familiares como avós, tias, tios e afins. Os 90 dias prorrogáveis no processo são 90 dias de institucionalização para a criança ou adolescente, o que evidencia um dos desafios de reduzir o tempo de permanência nos acolhimentos, conforme preconiza a própria lei.

Isto posto, depreende-se que a realidade aponta para uma incongruência entre a letra da lei e a implementação de ações que garantam seu cumprimento, sobretudo, por ser uma lei recente que, em tese, deveria considerar as limitações apresentadas pelos dispositivos legais até a sua promulgação. Diferentemente do que diz a Nova Lei da Adoção de 2017, os números atuais do SNA (BRASIL, 2021) apontam que os acolhidos permanecem nas instituições por mais de 3 anos. Segundo a coleta de dados atualizados em 2021, de um total de 30.975, 9.425 ficaram acolhidos por até 6 meses, 4.751 ficaram entre 6 meses e 1 ano em instituições de acolhimento, 7.163 ficaram entre 1 e 2 anos acolhidos, 3.259 ficaram de 2 a 3 anos acolhidos e 6.315 ficaram por um período acima de três anos. Ou seja, há um abismo entre o que garante a lei e o que a realidade impõe.

O panorama apresentado ressalta a importância de estudos sobre a temática acolhimento institucional no Brasil, uma vez que, embora o país tenha dispositivos legais para garantir uma série de direitos a crianças e adolescentes sem distinção, os dados apontam em sentido contrário ao esperado diante de tantos avanços teórico-jurídicos, conforme mostram os dados (SNA, 2021).

4 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E ESCOLA NO BRASIL SOB OLHAR DE TESES E DISSERTAÇÕES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Nesta seção, estão os dados utilizados para a análise bibliométrica – estudo quantitativo das produções acadêmicas localizadas nas plataformas Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT através da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD apresentados em tabelas e gráficos a fim de ilustrar categorias que indiquem as principais instituições que têm produzidos acerca do tema, em quais mais foram produzidos trabalho e qual a maior incidência em relação ao gênero dos autores, por exemplo.

Tabela 7 - palavra-chave “acolhimento institucional” na plataforma CAPES

Título	Instituição	Ano	Tipo de produção	Programa	Autor (a)	Plataforma	Compatível com o estudo
1.A Criança em Acolhimento Institucional e o Direito Humano à Educação Infantil: sob as teias do abandono	Universidade Federal da Paraíba	2010	Tese	Doutorado em Educação	Shirley Elziane Diniz Abreu	Capes	Sim
2.Biopolíticas e práticas institucionais: percursos de jovens com experiência de institucionalização prolongada	Universidade Federal do Ceará	2012	Tese	Doutorado em Educação (Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira)	Francisca Helena Rocha	Capes	Não
3.O que é feito dos jovens: dimensões psicossociais e educativas no processo de acolhimento institucional	Universidade Federal do Paraná	2013	Tese	Doutorado em Educação	Berenice Marie Ballande Romanelli	Capes	Não
4. Rede Família: um estudo sobre uma experiência de tecnologia social e seu diálogo com a promoção de resiliência comunitária e	Universidade Federal do Rio Grande	2013	Tese	Doutorado em Educação Ambiental	Maria Cristina Carvalho Juliano	Capes	Não

a Educação Ambiental							
5. A infância das crianças pequenas no contexto de acolhimento institucional: narrativas de meninas e meninos na Casa (Lar)	Universidade Federal de Santa Catarina	2014	Tese	Doutorado em Educação	Roseli Nazario	Capes	Não
6. Efeitos de um treino de habilidades para a vida junto a adolescentes com deficiência intelectual e em situação de acolhimento São Carlos	Universidade Federal de São Carlos	2015	Tese	Doutorado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial)	Daniella Simões Benetti	Capes	Não
7. Aprender como é o mundo: histórias de vida de jovens egressas do acolhimento institucional	Universidade Federal do Ceará	2016	Tese	Doutorado em Educação	Aline da Silva Sousa	Capes	Não
8. Autobiografismo: desenho infantil e biografização com crianças em situação de acolhimento institucional	Universidade Federal do Ceará	2016	Tese	Doutorado em Educação	Luciane Germano Goldberg	Capes	Não
9. Educação Ambiental e os Lugares das Infâncias: O que dizem as crianças que vivenciam o acolhimento institucional	Universidade Federal do Rio Grande	2017	Tese	Doutorado em Educação Ambiental	Raquel Cunha Cruz	Capes	Não
10. Educação moral ou moralização? Um estudo sobre o discurso e a prática de educadores em	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Marília)	2018	Tese	Doutorado em Educação	Carla Andressa Placido Ribeiro de Franca	Capes	Não

instituições de acolhimento							
11. Cacos de vitral: navegações ao redor do imaginário – por uma educação embalada pelo poético e pelo prosaico	Universidade e Federal Fluminense	2018	Tese	Doutorado em Educação	Marcio Moraes Marques	Capes	Não
12. História oral de vida de “ex-abrigadxs”: narrativas de vidas possíveis	Universidade Estadual de Campinas	2019	Tese	Doutorado em Educação	Tatiana Lima de Almeida	Capes	Não
13. Vivências de infâncias: Crianças de ontem e de hoje em situação de acolhimento institucional (in)visibilizadas no contexto de educação escolar	Universidade de Brasília	2020	Tese	Doutorado em Educação	Maria Aparecida Camarano Martins	Capes	Sim

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Tabela 8 – Resultados encontrados na plataforma CAPES para “acolhimento institucional”

1. A socialização do professor iniciante: Um difícil começo	Universidade Católica de Santos	2009	Dissertação	Mestrado em Educação	Angela Cancherini	Capes	Não
2. A práxis pedagógica em abrigos	Universidade de São Paulo	2011	Dissertação	Mestrado em Educação	Juliana Gama Izar	Capes	Não
3. "Hupomnêmata: registro de história de vida de adolescentes em acolhimento institucional como escrita de si"	Universidade Estadual de Campinas	2011	Dissertação	Mestrado em Educação	Tatiana Lima de Almeida	Capes	Não
4. Psicanálise e a resiliência: possibilidade de articulação pela educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2011	Dissertação	Mestrado em Educação	Luciane da Costa Pegoraro	Capes	Não
5. Adolescentes em situação de acolhimento institucional prolongado: análise do processo de desligamento	Universidade Federal de São Carlos	2012	Dissertação	Mestrado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial)	Daniella Simões Benetti	Capes	Não
6. Infância, educação e crianças acolhidas: o olhar	Fundação Universidade Federal de	2012	Dissertação	Mestrado em Educação	Thatiana Teixeira Pecora	Capes	Sim

de professores das escolas públicas de Corumbá, MS	Mato Grosso do Sul						
7. Trajetórias sociais de jovens que viveram o processo de desligamento por maioria em abrigos institucionais	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2012	Dissertação	Mestrado em Educação	Ana Carolina Pontes Costa	Capes	Não
8. Institucionalização de crianças e adolescentes em Caxias do Sul: narrativas sobre as trajetórias de vida de egressos de medida de proteção (1990-2011)	Universidade de Caxias do Sul	2013	Dissertação	Mestrado em Educação	Leticia Borges Poletto	Capes	Não
9. A escola na vida de adolescentes em situação de acolhimento institucional: narrativas e percepções	Universidade Federal do Ceará	2014	Dissertação	Mestrado em Educação	Elismaria Catarina Barros Pinto	Capes	Sim
10. Mediação Pedagógica no Acolhimento institucional e as práticas socioeducativas com crianças e adolescentes nas relações de conflito	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	2014	Dissertação	Mestrado em Educação	Fernanda Carvalho Ferreira	Capes	Não
11. A gestão do cuidado em instituições de acolhimento de meninos frente à diversidade sexual	Universidade Federal do Paraná	2015	Dissertação	Mestrado em Educação	Frangie Iskandar	Capes	Não
12. A inclusão/exclusão de crianças e adolescentes em acolhimento institucional	Universidade de Brasília	2015	Dissertação	Mestrado em Educação	Fernanda Mendes Serikawa	Capes	Sim
13. Juventude em situação de acolhimento institucional: Educação Popular e Direitos Humanos	Centro Universitário Salesiano de São Paulo- Unidade Americana	2015	Dissertação	Mestrado em Educação	Vanessa Aguiar Cruz	Capes	Não
14. Percepções dos profissionais de uma instituição de acolhimento sobre a criança com comportamento de altas habilidades/superdotação	Universidade Federal de Santa Maria	2015	Dissertação	Mestrado em Educação	Camyla Antonioli	Capes	Não
15. Alimentando Perspectivas de vida: contribuições de um curso de panificação industrial na promoção da reavaliação familiar de crianças e jovens em situação de acolhimento institucional	Centro Universitário Salesiano de São Paulo	2016	Dissertação	Mestrado em Educação	Douglas Martins de Oliveira	Capes	Não
16. Crianças em acolhimento institucional no estado de Mato Grosso	Universidade do Estado de Mato Grosso	2016	Dissertação	Mestrado em Educação	Aguinaldo Garrido	Capes	Não
17. Instituições de Acolhimento sob o olhar das crianças: Que lugar é esse?	Universidade Federal do Rio Grande	2016	Dissertação	Mestrado em Educação Ambiental	Eliane Lima Piske	Capes	Não

18. Um estudo com crianças em situação de acolhimento institucional na percepção dos professores	Universidade La Salle	2016	Dissertação	Mestrado em Educação	Hellen Pinto	Capes	Sim
19. A Infância na Percepção de Crianças em Acolhimento Institucional no Município de Santarém – Pará	Universidade Federal do Oeste do Pará	2017	Dissertação	Mestrado em Educação	Milca Aline Colares Gualberto	Capes	Não
20. A rede de proteção dos direitos da criança: uma análise do acolhimento institucional a partir dos sujeitos	Universidade Federal de Santa Catarina	2018	Dissertação	Mestrado em Educação	Kamilla Barros Tizatto	Capes	Não
21. A educação social e a autonomia de adolescentes em medida protetiva: uma concepção freiriana no acolhimento institucional	Universidade de Caxias do Sul	2019	Dissertação	Mestrado em Educação	Ingrid Bays	Capes	Não
22. A qualidade dos cuidados aos bebês e crianças pequenas em contexto de acolhimento institucional: diálogos com a abordagem Pikler	Universidade Federal Rural de Pernambuco	2020	Dissertação	Mestrado em Educação, Culturas e Identidades	Maria Carolina Marques dos santos	Capes	Não
23. De filhas e filhos da mãe e filhas e filhos do Estado: A educação social no contexto do Acolhimento	Universidade Federal de Mato Grosso	2020	Dissertação	Mestrado em Educação	Francisca Ferreira dos Santos	Capes	Não
24. As mulheres-mães egressas de acolhimento institucional e seus bebês em acolhimento familiar: violência e desenvolvimento cultural	Universidade Metodista de Piracicaba	2021	Dissertação	Mestrado em Educação	Natalia Capristo Navarro	Capes	Não
25. Educação, Direito e Democracia: reconhecimento e dignidade dos adolescentes inadotáveis em situação de acolhimento institucional no Estado de Alagoas	Universidade Federal de Alagoas	2021	Dissertação	Mestrado em Educação	Antonio Tancredo Pinheiro da silva	Capes	Sim
26. Se fosse um passarinho, também iria voar': a escola e a educação das crianças em situação de acolhimento institucional	Universidade Municipal de São Caetano do Sul	2021	Dissertação	Mestrado Profissional em Docência e Gestão Educacional	Mariana de Almeida Moura	Capes	Sim

Fonte: elaborada pela autora (2022).

Tabela 9 - Palavra-chave “abrigo” na CAPES

1.	As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte: 1930-1990- educação e caridade	Universidade Federal de Minas Gerais	2001	Tese	Doutorado em Educação	Marco Antonio de Souza	Capes	Não
2.	Planejamento à força, pensa-ção que se apresenta; à fraqueza, pensa-ção pela ausência: metateoria de planejamento e improviso	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2002	Tese	Doutorado em Educação	Cristiano Goergen Portner	Capes	Não
3.	Das artes de viver e das possíveis hibridações da subjetividade	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2002	Tese	Doutorado em Educação	Rosária Ilgenfritz Sperotto	Capes	Não
4.	Avaliação de um programa de práticas educativas para monitoras de um abrigo infantil	Universidade Federal de São Carlos	2007	Tese	Doutorado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial)	Cynthia Granja Prada	Capes	Não
5.	Por uma história sociocultural do abandono e da delinquência de menores em Belo Horizonte 1921-1941	Universidade de São Paulo	2007	Tese	Doutorado em Educação	Wesley Silva	Capes	Não
6.	A santa Casa de Misericórdia Da Bahia E A Sua Prática Educativa - 1862 /1934	Universidade Federal da Bahia	2008	Tese	Doutorado em Educação	Angela Crisitina Salgado de Santana	Capes	Não
7.	A sexualidade de adolescentes masculinos com experiência de rua e em situação de abrigo	Universidade Federal do Ceará	2009	Tese	Doutorado em Educação	Lihana Maria Catunda Bonfim	Capes	Não
8.	A vida em abrigos: um estudo sobre práticas socioeducativas entre educadores e crianças abrigadas	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2010	Tese	Doutorado em Educação (Psicologia da Educação)	Mercedes Accorsi	Capes	Não
9.	Por um céu inteiro: Crianças, educação e sistema prisional	Universidade Federal da Bahia	2010	Tese	Doutorado em Educação	Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres	Capes	Não
10.	A Videobiografia como dispositivo de pesquisa-ação-	Universidade Federal do Rio	2014	Tese	Doutorado em Educação	Cristovão Pereira Sousa	Capes	Não

formação: uma prática educativa com adolescentes	Grande do Norte						
11. Adolescente com deficiência intelectual acolhido em um abrigo institucional: dupla exclusão?	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Marília)	2016	Tese	Doutorado em Educação	Maria do Socorro Castelo Branco Mourão Lima	Capes	Não

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Tabela 10 – Resultados encontrados na plataforma CAPES para “abrigo”

1. Um lugar chamado lar: a trilha de um grupo de 1974 A 1996	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1996	Dissertação	Mestrado em Educação	Waleria Fortes de oliveira	Capes	Não
2. Arquitetura Escolar em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	1996	Dissertação	Mestrado em Educação	Caio Nogueira Hosannah Cordeiro	Capes	Não
3. Abrigo de Menores: Híbridação na Constituição de Si	Universidade Federal de Pelotas	1997	Dissertação	Mestrado em Educação	Rosária Sperotto Peruzzo	Capes	Não
4. A formação para a cidadania da criança institucionalizada – um estudo histórico analítico do papel do Estado, da instituição, da família e da escola (séculos XIX e XX)	Universidade Católica de Brasília	1997	Dissertação	Mestrado em Educação	Clara Lila Gonzalez de Araújo	Capes	Não
5. Os efeitos da aplicação do programa de eficiência visual em crianças portadoras de visão subnormal e deficiência múltipla	Universidade de Estado do Rio de Janeiro	1997	Dissertação	Mestrado em Educação	Claudia de Quadros Ramos	Capes	Não
6. Meninos e meninas em risco: análise da prática da (des)proteção em regime de abrigo	Universidade Federal de Santa Catarina	1998	Dissertação	Mestrado em Educação	Maria de Fátima Pessoa Lepkison	Capes	Não
7. Vivências Adolescentes em um Ateliê de Arte-Educação	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1998	Dissertação	Mestrado em Educação	Elis Jacqueline Dockorn	Capes	Não
8. Entre as vozes da disciplina e os sonhos de liberdade - as escritas de meninos de um internato	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1998	Dissertação	Mestrado em Educação	Raquel Gonçalves Salgado	Capes	Não

9.	O autoconceito dos adolescentes empobrecidos das instituições Guanellianas de Santa Maria/RS	Universidade Federal de Santa Maria	1999	Dissertação	Mestrado em Educação	Carlos Alberto Décimo Martins	Capes	Não
10.	Escola, Educação profissional e trabalho: um estudo de caso a partir de uma unidade de abrigo	Universidade Federal do Paraná	2000	Dissertação	Mestrado em Educação	Francisco Carlos Lopes da Silva	Capes	Não
11.	A maioria construída na arte de viver na rua: experiência de jovens que percorrem o caminho das ruas, da institucionalização e da desinstitucionalização (Florianópolis/SC)	Universidade Federal de Santa Catarina	2000	Dissertação	Mestrado em Educação	Aparecida Coelho de Oliveira	Capes	Não
12.	Cresça e apareça: um estudo sobre a construção da autonomia infantil	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2003	Dissertação	Mestrado em Educação	Marcélia Amorim Cardoso	Capes	Não
13.	Uma proposta de letramento para o povo brasileiro: o professor como mediador	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2003	Dissertação	Mestrado em Educação	Regina Coeli Nacif da Costa	Capes	
14.	A função da Escola Pública contemporânea em relação aos programas e projetos oficiais para a erradicação do trabalho infantil em Mato Grosso do Sul, no período de 1996 a 2002	Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	2003	Dissertação	Mestrado em Educação	Sonia Maria Alves	Capes	Não
15.	Aldeia Infantil SOS: Família Substituta ou Abrigo Temporário?	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2004	Dissertação	Mestrado em Educação	Daltro Jardim Garcia	Capes	Não
16.	crianças e Jovens portadores de necessidades educativas especiais institucionalizados: um estudo sobre suas interpretações em relação às práticas sócioeducativas para a reinserção social	Universidade Federal da Bahia	2004	Dissertação	Mestrado em Educação	Ligia Nascimento Conceição	Capes	Não
17.	Sobre o câncer: conhecimento e	Universidade de Sorocaba	2004	Dissertação	Mestrado em Educação	Rita de Cassia	Capes	Não

sentimento andam juntos – (as representações sociais sobre o câncer reveladas pelos estudantes do curso de medicina da PUC-SP)					Rezende Maciel		
18. Linguagem, metodologia e novo paradigma no campo de estágio: um perfil dos docentes de língua portuguesa e literatura brasileira formados sob a proposta do novo projeto pedagógico da PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	2004	Dissertação	Mestrado em Educação	Marcus Vinicius Santos Kucharski	Capes	Não
19. A Casa de São José: instituição fundada por Ferreira Vianna, em 1888, no Rio de Janeiro, para abrigar e educar crianças desvalidas para o trabalho	Universidade de Estado do Rio de Janeiro	2004	Dissertação	Mestrado em Educação	Vilma Alves Machado	Capes	Não
20. Um estudo sobre o impacto das (des)conexões entre o ambiente escolar e o ambiente institucional na vida de crianças e adolescentes abrigados	Universidade Federal do Rio Grande	2005	Dissertação	Mestrado em Educação Ambiental	Arlete da Costa	Capes	Não
21. Adolescência com prazo de “validade”: um estudo do impacto da prática educativa em instituições de abrigo em Salvador	Universidade Federal da Bahia	2005	Dissertação	Mestrado em educação	Neusa Maria Goes Marques Nascimento	Capes	Não
22. O brincar de meninas órfãs institucionalizadas	Universidade Metodista de Piracicaba	2005	Dissertação	Mestrado em Educação	Maria Amélia de Castro Cotta	Capes	Não
23. A influência da ecologia dos ambientes de atendimento no desenvolvimento de crianças e adolescentes abrigados	Universidade Federal do Rio Grande	2005	Dissertação	Mestrado em Educação Ambiental	Maria Cristina Carvalho Juliano	Capes	Não
24. Era uma vez uma casa de abrigo- os significados e as marcas das instituições na vida das crianças	Universidade Federal de Pelotas	2006	Dissertação	Mestrado em Educação	Débora Medeiros Amaral	Capes	Não

25. O processo de construção dos vínculos afetivos e de resiliência em crianças abrigadas: um aspecto da educação não formal	Universidade Estadual de Ponta Grossa	2006	Dissertação	Mestrado em Educação	Vilmara Sabim Dechandt	Capes	Não
26. Desenvolvimento e a inclusão escolar de um aluno autista através de estimulação biopsicosocial	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2006	Dissertação	Mestrado em Educação	Lisandra Sandri Rhoden	Capes	Não
27. Asilo de Órfãos de Santos: assistência à infância desvalida (1889-1914)	Universidade Católica de Santos	2006	Dissertação	Mestrado em Educação	Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira	Capes	Não
28. Abrigos para a infância no Brasil: Por que, quando e como os espíritas entraram nessa história?	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2006	Dissertação	Mestrado em Educação	Alexandre Ramos de Azevedo	Capes	Não
29. A evolução dos possíveis e a construção do conhecimento lógico-matemático via jogo de regras em alunos com dificuldades de aprendizagem	Universidade Estadual de Ponta Grossa	2006	Dissertação	Mestrado em Educação	Deise Nívia Reisdöefer	Capes	Não
30. O abrigo como fator de risco e proteção: indicadores e avaliação institucional	Universidade Federal de São Carlos	2007	Dissertação	Mestrado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial)	Alessandra Salina	Capes	Não
31. Reinserção escolar de meninas em situação de risco social: um diálogo com a educação, a cultura e a subjetividade	Universidade Federal de Mato Grosso	2007	Dissertação	Mestrado em Educação	Elizaine Bagatelli Okde	Capes	Sim
32. Política de Educação Continuada, delineada nas ações de Formação dos Professores, das Redes Municipal e Estadual de Ensino no Município de Pimenta Bueno (RO) [1996-2005]	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2007	Dissertação	Mestrado em EDUCAÇÃO	Lilian Regina Zeola	Capes	Não
33. Casa Lar - Proposta educativa: uma análise da Casa Abrigo Novo Amanhecer no município de Santa Bárbara D'Oeste	Centro Universitário Salesiano de São Paulo	2008	Dissertação	Mestrado em Educação	Ilza Luis dos Santos Camargo	Capes	Não

34. "Processos educativos e memórias de mulheres em processos de envelhecimento que vivem em um abrigo e participam de uma tertúlia musical dialógica"	Universidade Federal de São Carlos	2008	Dissertação	Mestrado em Educação	Sara Regina M. da Silva	Capes	Não
35. Currículo e inclusão: escola e (des)abrigo de alunos	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2009	Dissertação	Mestrado em Educação (Currículo)	Beatriz Nunes Paiva de Oliveira	Capes	Sim
36. "Eu, a Casa e a Escola": narrativas de adolescentes em conflito com a lei acerca de si, da Casa Abrigo e da escola	Universidade Federal do Rio grande do Sul	2009	Dissertação	Mestrado em Educação	Maria Janete Soligo Baldissera	Capes	Não
37. Abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho: ações do estado do Paraná à infância do "abrigo provisório para menores abandonados" ao "educandário Santa Felicidade" (Curitiba, 1947-1957)	Universidade Federal do Paraná	2009	Dissertação	Mestrado em Educação	Joseane de Fátima Machado da Silva	Capes	Não
38. Na Casa do Pão e do Livro: A contribuição da psicanálise para compreender os meninos do Pão dos Pobres a caminho de uma educação cidadã.	Centro Universitário La Salle	2009	Dissertação	Mestrado em Educação	Edna das Graças Martins Pereira	Capes	Não
39. Um estudo sobre os cuidadores das instituições de abrigo e o papel de proteção das suas interações com crianças e adolescentes institucionalizados	Universidade Federal do Rio Grande	2009	Dissertação	Mestrado em Educação Ambiental	Rosinha Mattos Marzol	Capes	Não
40. Educação para o conflito: os conflitos na relação entre adolescentes e educadores de uma ONG	Universidade Federal do Paraná	2009	Dissertação	Mestrado em Educação	Rodrigo Reis Navarro	Capes	Não
41. Autoformação do gestor democrático: Diálogo	Universidade Cidade de São Paulo	2009	Dissertação	Mestrado em Educação	Denílson da Silva Feitosa	Capes	Não

interdisciplinar com as práticas vivenciadas.							
42. Educando-se entre a Rua, o Abrigo e a Família: Trajetórias de crianças e adolescentes que se encontram em casas de acolhimento	Universidade do Estado da Bahia	2010	Dissertação	Mestrado em Educação e contemporaneidade	Ginalva Jesus de Carvalho	Capes	Não
43. As implicações do aprisionamento dos pais no direito à educação e à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em regime de abrigo na cidade de São Paulo	Universidade de São Paulo	2010	Dissertação	Mestrado em Educação	Maria José Abrão	Capes	Não
44. Os educadores-palhaços do grupo fantasia: O que aprendem e o que nos ensinam sobre educação moral	Universidade Federal do Ceará	2010	Dissertação	Mestrado em Educação	Aline da Silva Sousa	Capes	Não
45. Cultura Escolar e Perfil Discente no Colégio de Aplicação da UFSC (1966-1973)	Universidade do Estado de Santa Catarina	2010	Dissertação	Mestrado em Educação	Ademir Soares Luciano Junior	Capes	Não
46. Acolhendo corporeidades o sentido do corpo para crianças de um abrigo institucional do município de Belém	Universidade Federal do Pará	2011	Dissertação	Mestrado em Educação	Ildilene Leal de Azevedo	Capes	Não
47. A práxis pedagógica em abrigos.	Universidade de São Paulo	2011	Dissertação	Mestrado em Educação	Juliana Gama Izar	Capes	Não
48. A infância abrigada: Impressões das Crianças na Casa Abrigo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2011	Dissertação	Mestrado em Educação	Antonio Genivaldo Silva Feitosa	Capes	Não
49. As ações educativas na Casa-abrigo para mulheres em situação de violência em São Luís/Ma	Universidade Federal do Maranhão	2011	Dissertação	Mestrado em Educação	Zeila Sousa Albuquerque	Capes	Não
50. Aobrigado ou de como abrigar e obrigar brincam de amarelinha nas relações entre educadores(a)s sociais e meninas em um abrigo de Fortaleza	Universidade Federal do Ceará	2011	Dissertação	Mestrado em Educação	Rodrigues de Sahmaroni Olinda	Capes	Não

51. Esporte para jovens acolhidos em abrigos institucionais: um meio para inclusão social	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	2011	Dissertação	Mestrado em Educação	André Luís Andrade de Paula	Capes	Não
52. "Hupomnêmata: registro de história de vida de adolescentes em acolhimento institucional como escrita de si	Universidade Estadual de Campinas	2011	Dissertação	Mestrado em Educação	Tatiana Lima de Almeida	Capes	Não
53. Construção da autonomia moral junto a crianças e adolescentes de um abrigo institucional: pesquisa de intervenção	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Marília	2012	Dissertação	Mestrado em Educação	Carla Andressa Placido Ribeiro de França	Capes	Não
54. Diversidade Religiosa, um Desafio Educacional: A Escola Municipal Abrigo Filhos do Povo	Universidade do Estado da Bahia	2012	Dissertação	Mestrado em Educação e Contemporaneidade	Adauto Leite Oliveira	Capes	Não
55. Abrigo dos Filhos do Povo: A formação para os "filhos do povo" segundo as ideias e propostas de Raymundo Frexeiras (1918 a 1920)	Universidade do Estado da Bahia	2012	Dissertação	Mestrado em Educação e contemporaneidade	Ladjane Alves Souza	Capes	Não
56. A Cidade dos Meninos: política, educação e saúde a serviço da construção do cidadão	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2012	Dissertação	Mestrado em Educação, cultura e comunicação,	Elisa Maria dos anjos	Capes	Não
57. Significados da violência sexual atribuídos por adolescentes de uma escola-abrigo	Universidade Federal do Amazonas	2013	Dissertação	Mestrado em Educação	Maria Lenice Costa Procopio	Capes	Não
58. A atuação do Pedagogo em abrigos do município de Vitória/ES	Universidade Federal do Espírito Santo	2013	Dissertação	Mestrado em Educação	Pamela Rodrigues Pereira	Capes	Não
59. Entre o Abrigo e a Escola: o processo de escolarização dos adolescentes do Centro Social Renascer em Duque de Caxias	Universidade Federal do Rio de Janeiro	2014	Dissertação	Mestrado em Educação	Dalva Stella Pinheiro da Cruz	Capes	Não
60. Mediação Pedagógica no acolhimento institucional e as práticas socioeducativas com crianças e	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	2014	Dissertação	Mestrado em Educação	Fernanda Carvalho Ferreira	Capes	Não

adolescentes nas relações de conflitos							
61. “Tia, você me adota?”: o abrigo e a escola na constituição subjetiva da criança sob tutela do Estado	Universidade Federal do Espírito Santo	2014	Dissertação	Mestrado em Educação	Neuma Tavares	Capes	Sim
62. Ao abrigo da infâmia: as subvenções à proteção da criança na câmara municipal de São Paulo entre 1890 e 1927	Universidade Estadual de Campinas	2017	Dissertação	Mestrado em Educação	Ricardo Felipe Santos da Costa	Capes	Não
63. Medidas protetivas asseguradas à criança: um estudo sobre a instituição governamental lar Ciã Ka Tuá em Macapá-Amapá	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	2019	Dissertação	Mestrado em Educação Agrícola	Josue Cardoso do Rego	Capes	Não
64. Vozes e construção social de crianças da Casa Lar	Universidade Federal de São João Del-Rei	2020	Dissertação	Mestrado em Processos socioeducativos e práticas escolares	Trayce Kelly Carvalho Alvim	Capes	Não

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Tabela 11 - Trabalhos localizados na BDTD da plataforma IBICT para a palavra-chave “acolhimento institucional”

1. Escola e instituições de acolhimento: articulações necessárias para a acessibilidade de estudantes com deficiência	Universidade Federal de Santa Maria	2016	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	<u>Carolina Terribile Teixeira</u>	Bdtd	Não
2. Risco e proteção à violência intrafamiliar nas trajetórias desenvolvimentais de adolescentes e jovens	Universidade Federal do Pará	2017	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	<u>Rosely Cardoso Maia</u>	Bdtd	Não

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Tabela 12 - Palavra-chave “abrigo” na BDTD na plataforma IBICT

1. A arte na/da educação: a invenção cotidiana da escola	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2005	Tese	Programa de Pós-Graduação em Educação	Aldo Vitório Filho	Bdtd	Não
--	--	------	------	---------------------------------------	--------------------	------	-----

2.Saberes mobilizados pelos docentes em suas práticas avaliativas: um estudo com professores da Rede Municipal de Ensino de Lajeado - RS	Universidade do Vale do Rio do Sinos	2006	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Vanessa Delving Ely	Bdtd	Não
3.O canto educativo das sereias: formação e pluralidade de perspectivas	Universidade Federal de Santa Maria	2007	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Maiane Liana Hatschbach Ourique	Bdtd	Não
4.Privar e libertar: estudo da contribuição de práticas educativas na construção de autonomia de adolescentes cumpridores de medida socioeducativa de internação	Universidade do Vale do Rio do Sinos	2008	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Janilson Pinheiro Barbosa	Bdtd	Não
5.Santa Casa de Misericórdia da Bahia e sua prática educativa – 1862-1934	Universidade Federal da Bahia	2008	Tese	Programa de Pós-Graduação em Educação	Ângela Cristina Salgado de Santana	Bdtd	Não
6.Famílias e suas ações pedagógicas de acolhimento: a trajetória dos meninos em fase de desligamento da Associação Santo-Angelense Lar do Menino rumo a suas famílias	Universidade do Vale do Rio do Sinos	2009	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Jeanine Ferrazza Meyer	Bdtd	Não
7.Entre panelas, livros e tradições: as trajetórias de formação do professor de gastronomia	Universidade Nove de Julho	2010	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Beatriz de Carvalho Pinto Rampim	Bdtd	Não
8.Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2011	Tese	Programa de Pós-Graduação em Educação	Maria Aparecida Arruda	Bdtd	Não

Vicente de Paulo (1898-1905)							
9.A apropriação das ideias Escolanovistas no curso de formação de professores em Mato Grosso (1910-1937)	Universidade Federal de Mato Grosso	2012	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Maria Teresinha Fin	Bdtd	Não
10.Assistência e a educação de meninas desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860 - 1889)	Universidade Federal do Pará	2012	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Elianne Barreto Sabino	Bdtd	Não
11.Escola de auxiliar de enfermagem Dr. Mário Corrêa da Costa: a profissionalização da enfermagem em Mato Grosso (1952-1975)	Universidade Federal de Mato Grosso	2012	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Lidiana Laura Campos Borralho	Bdtd	Não
12.Ensinos do barro: conversas com Francisco Brennand	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2012	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Rosane Felix Ferreira	Bdtd	Não
13.Avaliação em larga escala e qualidade da educação: um estudo a partir da visão dos sujeitos da Rede Escolar Municipal de Cachoeirinha/RS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	2013	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Edson Leandro Hunoff Tavares	Bdtd	Não
14.Educação para o trabalho: a criação das escolas técnicas no Paraná (1900-1950)	Universidade Estadual de Ponta Grossa	2013	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Maria Joselia Zanlorense	Bdtd	Não
15.Adolescentes internados no Centro Socioeducativo de Cuiabá: em questão, trajetórias de vida, política	Universidade Federal de Mato Grosso	2014	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Giovanna Marielly da Silva Santos	Bdtd	Não

educacional e trabalho							
15. O Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional	Universidade Federal de Pelotas	2014	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Jeane dos Santos Caldeira	Bdtd	Não
16.As diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio: avanços, retrocessos ou permanências?	Universidade Estadual de Ponta Grossa	2015	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Andréa Daniele Müller Mariano	Bdtd	Não
17.Contribuições da teoria histórico-cultural de Vigotski para a educação especial: análise do GT 15 da ANPED	Universidade Federal de Santa Maria	2015	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Rudiane Ferrari Würfel	Bdtd	Não
18.Educação e destino das meninas desvalidas do Orphanato D. Ulrico: no cenário da cidade da Parahyba (1913-1929)	Universidade Federal da Paraíba	2015	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação	Roberta Maria Aguiar do Nascimento	Bdtd	Não
19.A configuração da docência no Ginásio do Espírito Santo (1906-1951)	Universidade Federal do Espírito Santo	2017	Tese	Doutorado em Educação	Tatiana Borel	Bdtd	Não
20.O Instituto Orfanológico do Outeiro: assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913)	Universidade Federal do Pará	2017	Tese	Programa de Pós-Graduação em Educação	Wellington da Costa Pinheiro	Bdtd	Não

21. Políticas de assistência, proteção e educação à infância pobre, abandonada e órfã e as ações da Prelazia do Xingu no município de Altamira – Pará (1970-1979)	Universidade Federal do Pará	2019	Tese	Programa de Pós-Graduação em Educação	Léia Gonçalves de Freitas	Bdtd	Não

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

5 ANÁLISES BIBLIOMÉTRICAS

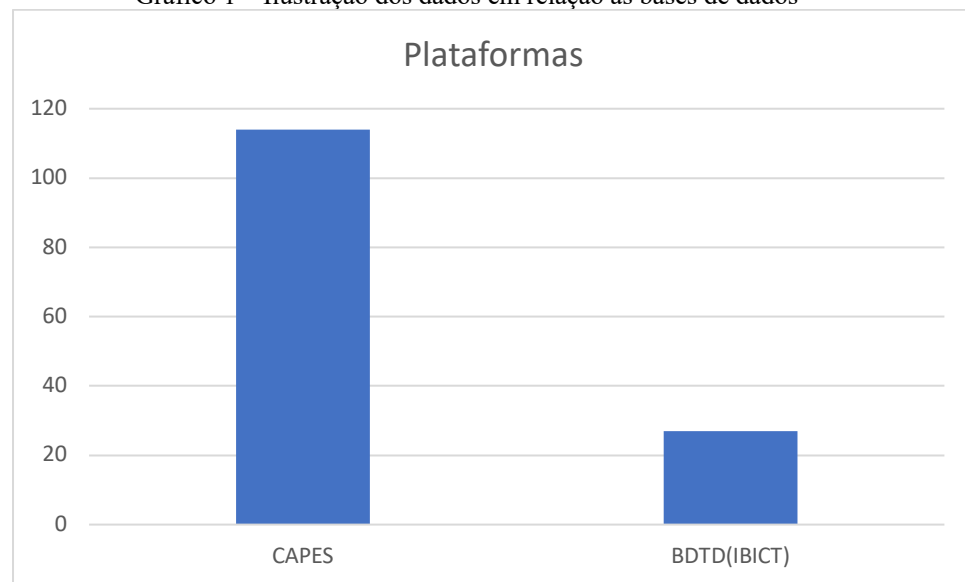
Ao todo, após feito o cálculo de exclusão dos trabalhos repetidos (os que aparecem em destaque) foram encontrados 141 trabalhos nas duas plataformas, sendo a distribuição a seguinte:

Tabela 13 - Distribuição da produção por base de dados

CAPES	114
BDTD(IBICT)	27
TOTAL	141

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Gráfico 1 – Ilustração dos dados em relação às bases de dados



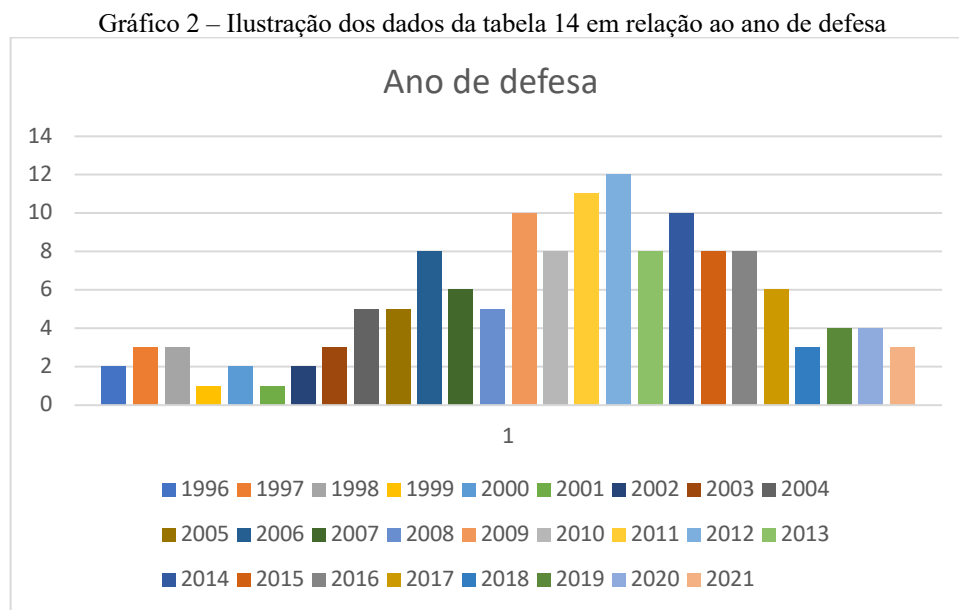
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Tabela 14 - Distribuição da produção por ano de publicação

1996	2
1997	3
1998	3
1999	1
2000	2
2001	1
2002	2
2003	3
2004	5
2005	5
2006	8
2007	6
2008	5
2009	10
2010	8
2011	11
2012	12
2013	8
2014	10
2015	8

2016	8
2017	6
2018	3
2019	4
2020	4
2021	3
Total	141

Fonte: Elaborada pela autora (2022).



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

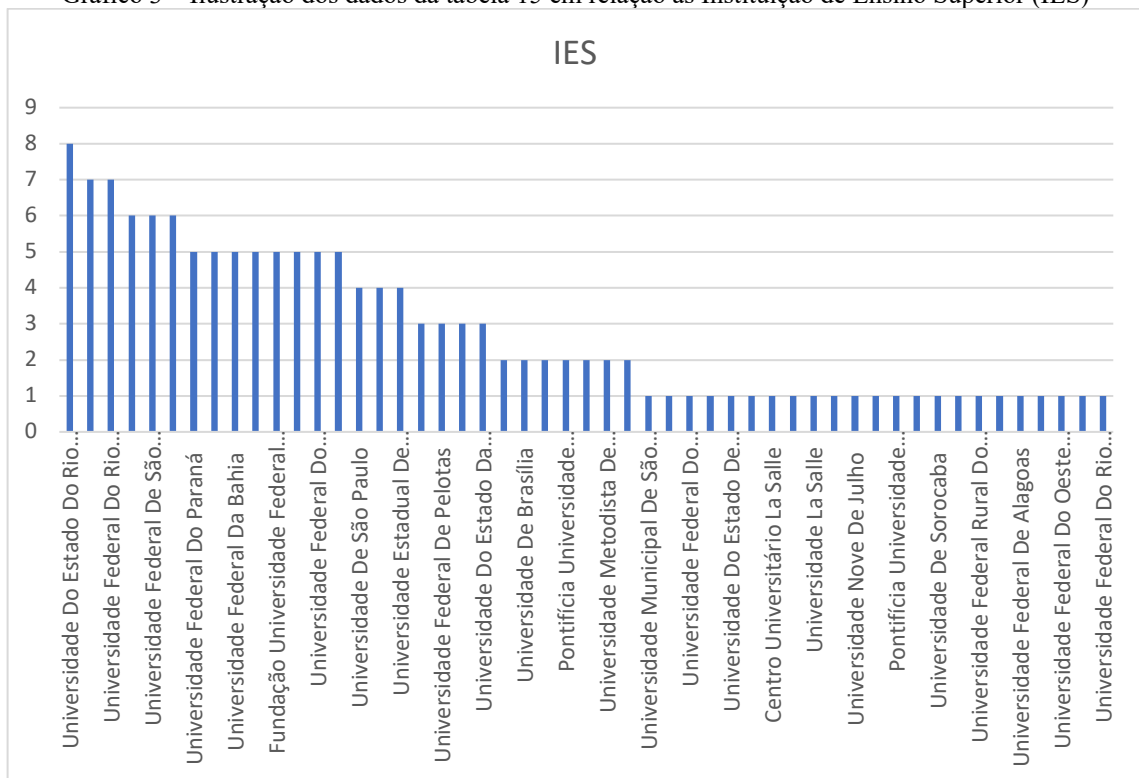
Tabela 15 - Distribuição da produção por Instituição de Ensino Superior (IES)

Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro	8
Universidade Federal Do Ceará	7
Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	7
Universidade Federal Do Rio Grande	6
Universidade Federal De São Carlos	6
Universidade Do Vale Do Rio Do Sinos	6
Universidade Federal Do Paraná	5
Universidade Federal Do Pará	5
Universidade Federal Da Bahia	5
Universidade Federal De Santa Maria	5
Fundação Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul	5
Universidade Estadual De Ponta Grossa	5
Universidade Federal Do Espírito Santo	5
Universidade Federal Do Estado Do Mato Grosso	5
Universidade De São Paulo	4
Universidade De Santa Catarina	4
Universidade Estadual De Campinas	4
Universidade Federal Da Paraíba	3
Universidade Federal De Pelotas	3
Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Marília)	3
Universidade Do Estado Da Bahia	3
Centro Universitário Salesiano De São Paulo	2
Universidade De Brasília	2
Pontifícia Universidade Católica De São Paulo	2
Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul	2
Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte	2

Universidade Metodista De Piracicaba	2
Universidade De Caxias Do Sul	2
Universidade Municipal De São Caetano Do Sul	1
Universidade Federal De Minas Gerais	1
Universidade Federal Do Maranhão	1
Universidade Federal Fluminense	1
Universidade Do Estado De Santa Catarina	1
Centro Universitário Salesiano De São Paulo (Unidade Americana)	1
Centro Universitário La Salle	1
Universidade Cidade De São Paulo	1
Universidade La Salle	1
Universidade Católica De Brasília	1
Universidade Nove De Julho	1
Pontifícia Universidade Católica Do Paraná	1
Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro	1
Universidade Católica De Santos	1
Universidade De Sorocaba	1
Universidade Federal De São João Del-Rei	1
Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro	1
Universidade Do Estado Do Mato Grosso	1
Universidade Federal De Alagoas	1
Universidade Federal Rural De Pernambuco	1
Universidade Federal Do Oeste Do Pará	1
Universidade Federal Do Amazonas	1
Universidade Federal Do Rio De Janeiro	1

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Gráfico 3 – Ilustração dos dados da tabela 15 em relação às Instituição de Ensino Superior (IES)



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As instituições de ensino que mais produziram foram UERJ (=8), UFRGS (=7), UFC(=7), UFRG(=6) e UFSCAR(=6). A maior parte dos trabalhos é proveniente de instituições

públicas de ensino, são 118 trabalhos produzidos em instituições públicas e 23 em instituições privadas. Em relação ao número de instituições, do total de 52 instituições, são 14 privadas e 38 públicas.

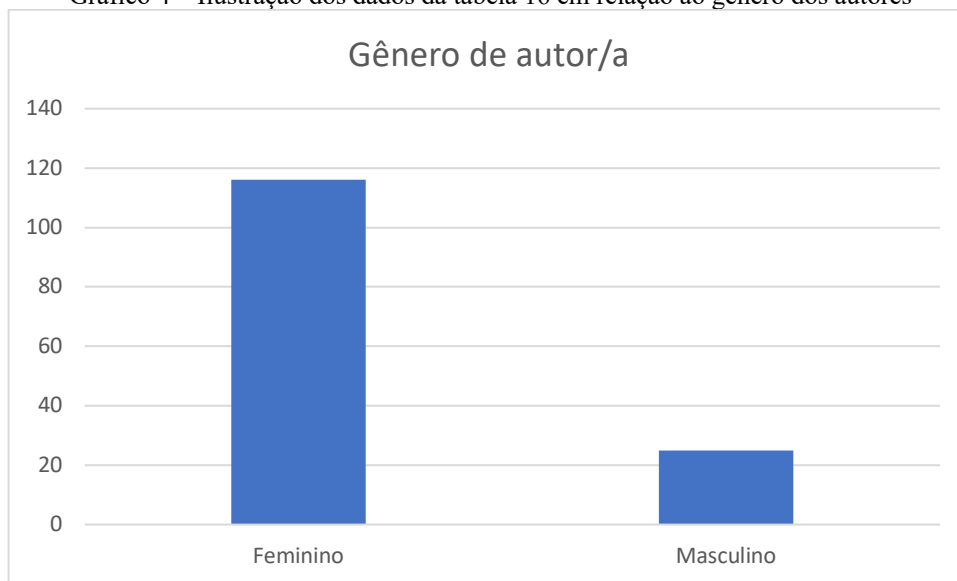
Considerando a conjuntura social que flexiona os papéis dos gêneros na sociedade, faz-se indispensável investigar quem mais tem produzido sobre o tema na Pós-Graduação e, segundo esta pesquisa, as mulheres têm produzido 3x mais que os homens, uma vez que das produções encontradas (T=141), a distribuição por gênero foi de feminino (=116) e masculino (=25).

Tabela 16 - Distribuição da produção em relação ao gênero dos autores

Feminino	116
Masculino	25
Total	141

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Gráfico 4 – Ilustração dos dados da tabela 16 em relação ao gênero dos autores



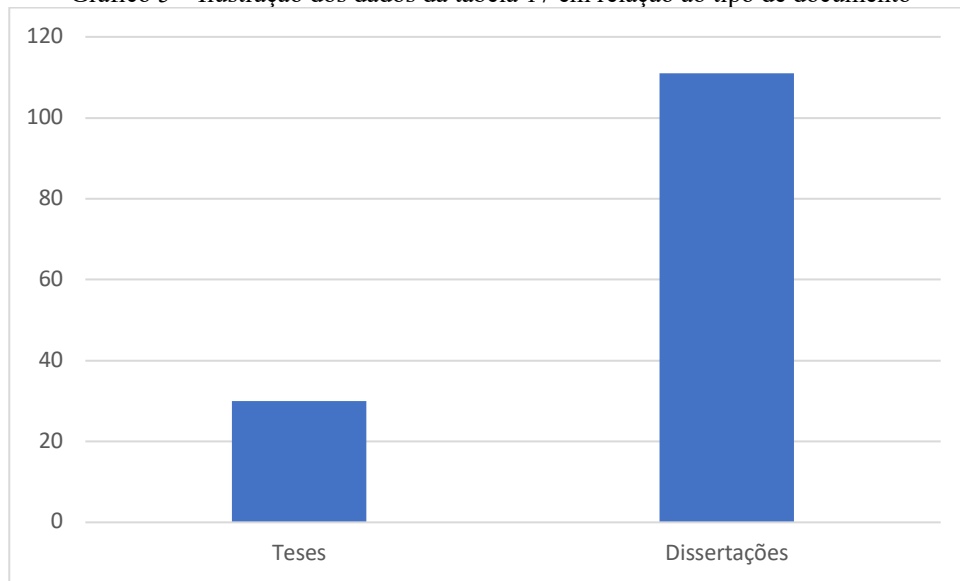
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Tabela 17 - Distribuição da produção por tipo de documento

Teses	30
Dissertações	111
Total	141

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Gráfico 5 – Ilustração dos dados da tabela 17 em relação ao tipo de documento



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

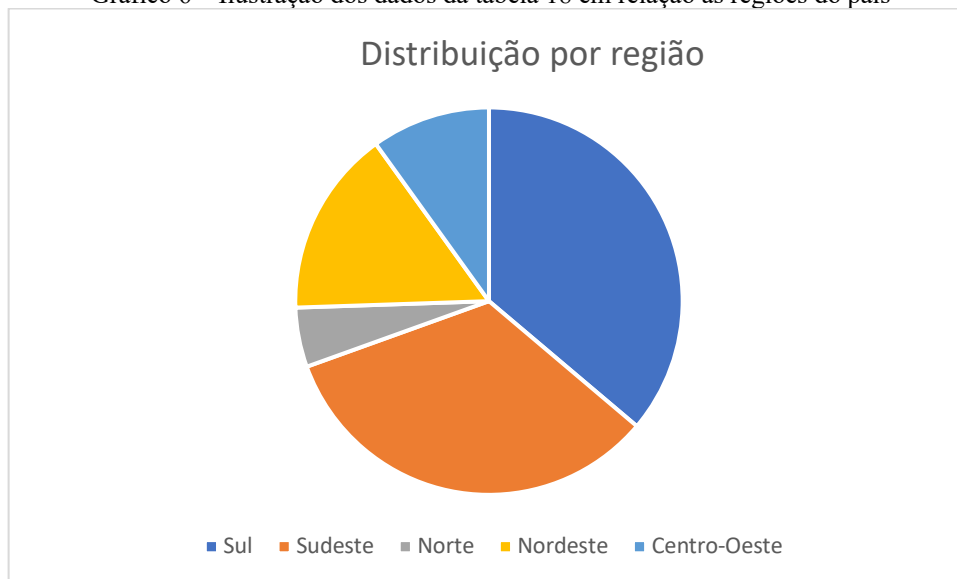
Considerando a distribuição das publicações por instituições, temos a distribuição por região do país que traz os seguintes números:

Tabela 18 - Distribuição da produção por região do país

Sul	51
Sudeste	47
Norte	7
Nordeste	22
Centro-Oeste	14
Total	141

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Gráfico 6 – Ilustração dos dados da tabela 18 em relação às regiões do país



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

6 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E ESCOLA: ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS

Diante do exposto, é possível afirmar que a hipótese inicial desta pesquisa foi confirmada, pelo menos, no que tange as 141 produções acadêmicas localizadas pelo levantamento realizado para a construção desta pesquisa, ainda é incipiente a produção científica na Pós-Graduação, a nível de Mestrado e Doutorado, acerca do tema “Educação e Acolhimento Institucional”.

Foram encontrados 141 trabalhos, a partir dos quais foram feitas análises bibliométricas, que remetem a um estudo quantitativo dos dados obtidos.

Após esse estudo, foi realizado um trabalho de identificação do tema – relação escola e abrigo institucional – foco inicial deste estudo, para a possibilidade de uma abordagem qualitativa dessas produções, a fim de investigar o que dizem sobre a relação entre a institucionalização de crianças e adolescentes e o direito à educação no Brasil.

Após a leitura do título dos trabalhos, foram analisados os resumos, a fim de verificar quais eram compatíveis com o tema pesquisado e o texto a seguir apresenta recortes do que constatarem os autores dos 13 trabalhos analisados

Segundo Martins (2020), em “Vivências de infâncias: crianças de ontem e de hoje em situação de acolhimento institucional (in)visibilizadas no contexto de educação escolar” os processos de exclusão e os rótulos, comprovadamente vivenciados e atribuídos pelos autores dos relatos que compuseram a sua pesquisa, apontam que a escola não cumpre seu papel frente ao desenvolvimento humano, apontando, ainda, para as sérias consequências disso.

Ou seja, tem-se, então, que a escola não combate o estigma que permeia as relações interpessoais nas salas de aula, mantendo o caráter institucionalizado na vida dos sujeitos abrigados, mesmo que não estejam dentro das instituições, o que, segundo Martins (2020) comprova em sua pesquisa, invisibiliza, como ser social de direitos, de possibilidades e de potência, a criança que se encontra acolhida institucionalmente.

Os resultados apresentados por Serikawa (2015) apontam que a escola oferece tratamento estigmatizador, que reforça outros relatos que mencionam o caráter mantenedor de desigualdades que a escola assume. Neste caso, a autora vai ainda mais longe, quando diz que “as mesmas queixas e o mesmo tratamento estigmatizador dispensado aos alunos provenientes das classes socioeconômicas mais desfavorecidas” são oferecidos aos alunos oriundos das instituições de acolhimento. Ainda em “A inclusão/exclusão escolar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional” Serikawa (2015) averiguou, a partir dos discursos dos alunos,

que eles entendem a escolarização como um meio importante de garantir-lhes o futuro, mas alimentam culpas e aceitam o estigma social relacionado ao acolhimento.

Entretanto, Tavares (2014), através de sua dissertação intitulada “Tia, você me adota?: O abrigo e a escola na constituição subjetiva da criança sob tutela do Estado”, apresenta crianças que representaram a escola como um espaço significativo, ao qual pertenciam e a sensação de ser “igual” às outras crianças, propiciava satisfação que, de certa forma, potencializava o desenvolvimento. Em síntese, para a autora, o sentimento de pertencimento, seja a um grupo ou a um lugar ou à vida de alguns membros da comunidade escolar, sobretudo, das outras crianças, impacta a constituição subjetiva de sobremaneira.

“Políticas Públicas e atendimento educacional: o papel da Casa Mamãe Margarida junto a crianças e adolescentes em situação de acolhimento e vulnerabilidade social” retoma a crítica à articulação dos atores envolvidos no processo de escolarização em sala de aula, ou seja, os limites e principais desafios encontrados dizem respeito à ineficácia ou ausência de articulação entre professores e arte-educadores, mas Vasconcelos (2015), autora do trabalho, pondera que, apesar da falta de políticas públicas articuladas, a instituição exerce papel significativo no cenário municipal no qual está inserida.

Silveira (2019) em “Escolarização de adolescentes institucionalizados em locais de acolhimento: entre estigma, conflitos e insucesso escolar.” traz resultados que indicam que os processos de escolarização são permeados por fatores inerentes às condições sociais e educacionais vivenciadas pelos adolescentes institucionalizados, ou seja, os itinerários escolares desses adolescentes inclui sua bagagem de tensões e situações de fuga física e simbólica, estigma, isolamento, problemas na aprendizagem escolar, dificuldades de inclusão nas turmas e na escola, conformação e negação do sujeito, na escola e na própria instituição na qual vive.

Moura (2021) em “Se fosse um passarinho, também iria voar: a escola e a educação das crianças em situação de acolhimento institucional” retrata uma realidade muito atual, o trabalho foi publicado em 2021 e, reforça a importância de estudar este tema e produzir mais trabalhos relacionados a ele: os resultados revelam, segundo expõe Moura (2021) que as escolas ainda atuam contribuindo com processos excludentes, balizados por um currículo escolar, que, muitas vezes, reduz e engessa as possibilidades de atuação da escola, dada a existência de preconceitos e ideias estereotipadas, bem como de uma visão do público infante-juvenil sob tutela do Estado como um sujeito de falta – os alunos oriundo de instituição de acolhimento lidam com a estigma de serem carentes, violentos e tristes.

Ademais, são apontados como fatores prejudiciais, também, a falta de conhecimento dos professores acerca do tema “institucionalização”, a relação estabelecida entre escola e instituição de acolhimento, a falta de articulação da equipe do acolhimento com a equipe da escola, por exemplo. A autora aponta que a escola deve ser um ambiente de possibilidades emancipadoras e de combate a toda tentativa de reducionismo e segregação.

Oliveira (2009, s.p.) em “Currículo e inclusão: escola e (des)abrigo de alunos” expõe que:

Trabalhou-se com a hipótese, confirmada ao longo do trabalho, de que o currículo da escola pública que recebe crianças abrigadas não tem contemplado inteiramente as necessidades dessas crianças, de modo a realizar sua efetiva inclusão. Assim, concluiu-se que se faz necessária a estruturação e efetivação de um currículo que adote enfoques críticos e culturais, de sorte a minimizar as ambivalências entre o abrigar e o desabrigar que permeiam os discursos e as práticas da maior parte dos professores e funcionários pesquisados. Discursos esses, cumpre salientar, que refletem as contradições entre as necessidades dos alunos e a organização curricular dominante.

Os resultados encontrados por Oliveira (2009) sinalizam a necessidade de, além de oferecer uma formação aos professores, rever como a escola, amplamente falando, desde o currículo escolar a seus funcionários extraclasse, tem pensado e atendido os alunos oriundos do acolhimento institucional.

Okde (2007), em “Reinserção escolar de meninas em situação de risco social: um diálogo com a educação, a cultura e a subjetividade”, destaca a escola como instituição mediadora do processo conflituoso, ou seja, o papel da escola deve ser abrir caminhos, ampliar possibilidades, para que os alunos possam lidar de maneira mais criativa com as diferenças, uma vez que essas não estarão presentes apenas na vida de aluno.

Um dos trabalhos que mais chamou a atenção foi o de Pécora (2012) “Infância, educação e crianças acolhidas: o olhar de professoras das escolas públicas de Corumbá/MS” por ser uma dissertação oriunda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal assim como esta pesquisa.

Em sua dissertação, Pécora (2012) analisou as concepções das professoras, em relação às crianças que estão em situação de Acolhimento Institucional. Os sujeitos do estudo foram professoras do ensino fundamental das escolas públicas de Corumbá/MS, que atendem em sala de aula meninas e meninos com idades entre seis e doze anos, que se encontram acolhidos.

Para entender como as professoras representavam as crianças acolhidas, a pesquisadora buscou, primeiramente, compreender as concepções sobre infância, família, educação e Casas de Acolhimento e, constatou que as falas das professoras não eram neutras, mas carregadas de

ideias, valores e conceitos da realidade que conheciam, ou seja, de suas vivências pessoais, incluindo seus próprios processos de escolarização.

Dessa forma, sinaliza Pécora (2012), não conseguem relacionar as transformações sociais, culturais e econômicas com o impacto delas na relação com as crianças, com a família, com a educação, e as atribuições da escola e do professor. A autora relata que encontrou características que indicam a valorização dos modelos tradicionais de ensino e de educação, como o que as professoras vivenciaram e acreditam ter dado certo; o que reforça a incompreensão delas diante do tempo e do espaço e das modificações que sofreram desde a época em que estavam na escola como alunas.

E, por fim, as falas das professoras em relação ao acolhimento demonstraram que há um distanciamento entre escola e instituição de acolhimento, o que explica, como diz Pécora (2012, s.p.) “a completa falta de informação das professoras entrevistadas”. Para a autora isso afeta o atendimento que as professoras destinam aos alunos acolhidos, por invisibilizar as diferenças e impossibilitar o auxílio de que necessitam pela condição de institucionalização.

Ou seja, Pécora (2012) ao concluir que a escola e as professoras precisam discutir as transformações sociais e conceitos como família, infância e educação revela que há necessidade de buscarem alternativas para um atendimento escolar que atinja todas as crianças, de forma a garantir o direito a uma educação de qualidade, sem deixar de lado as singularidades, pensamento esse que corrobora com o que expuseram os autores Oliveira (2009), Moura (2021) e Martins (2020) em suas pesquisas.

Abreu (2010) converge no mesmo sentido ao apresentar os resultados da Tese intitulada “A criança em acolhimento institucional e o direito humano à educação infantil: sob as teias do abandono” que revelou que a rede de atendimento à criança enfrenta muitos desafios, o que a impede de funcionar efetivamente, o que, segundo a autora, tem como consequência o “atropelamento” da ideia de Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente.

Ademais, Abreu (2010), assim como afirmam a maior parte dos autores citados acima, elucida que as instituições de acolhimento institucional frente ao dever de proteger esbarram em desafios e problemas como a falta/insuficiência ou, ainda, inexistência de políticas públicas efetivas, que amarrem o que preconiza a lei à realidade.

Em “A escola na vida de adolescentes em situação de acolhimento institucional: narrativas e percepções” Pinto (2014) analisou a partir de narrativas orais e de desenhos, pinturas, fotografias, contação de histórias, dilemas morais e gestualidade, as representações de 5 adolescentes, todas do sexo feminino, a respeito da escola e a forma como são tratadas.

A construção dessa dissertação foi orientada pelo objeto: o significado da escola na vida de adolescentes institucionalmente acolhidas. Os sujeitos da pesquisa representaram através das formas de expressão citadas como se sentiam e como viam a instituição escola, focando em dois aspectos centrais: 1) a capacidade da escola lidar com os estigmas sociais que marcam a institucionalização e 2) o potencial de promoção de resiliência nas práticas e relações estabelecidas.

Como resultado, a autora constata que a escola aparece nas representações como um espaço que promove significativas experiências de convivência, sobretudo, no que diz respeito às relações com os pares, mas não corresponde às expectativas das entrevistadas quanto ao apoio no que tange as situações geradas pelo estigma e preconceito sofridos, além de pouco contribuir com a relação entre resiliência e a vida das adolescentes.

Silva (2021) autor da dissertação intitulada “Educação, Direito e Democracia: reconhecimento e dignidade dos adolescentes inadotáveis em situação de acolhimento institucional no Estado de Alagoas” deduz que não é possível generalizar para os demais abrigos da cidade de Maceió, pois trata-se apenas da realidade do lócus da pesquisa e sugere uma ampliação do estudo, levando em conta que Maceió, à época da publicação de seu estudo, detém 33% das instituições de acolhimento de todo o estado.

Em “Um estudo com crianças em situação de acolhimento institucional na percepção dos professores” Pinto (2016) traz o relato de professoras que, unanimemente, apontam a ausência da família como fator determinante no que intitulam “fracasso escolar”. Os relatos convergem, ainda, em relação a representação que as professoras têm acerca do papel da afetividade no desenvolvimento da autoestima de seus alunos oriundos do acolhimento institucional, o que afeta a aprendizagem e desenvolvimento escolar de modo geral.

Outros determinantes apontados por esta pesquisa são a fragilidade das relações que são estabelecidas com essas crianças, o compartilhamento de bens nas instituições de acolhimento, a anulação da individualidade, são, segundo a autora, expressos no rendimento escolar prejudicado.

As inferências dessa autora a respeito dos fatores que prejudicam o processo educação, corroboram com outros resultados já apresentados acima por, por exemplo, Pécora (2012), pois afirmam que a formação inicial e continuada de professores não contempla as peculiaridades inerentes à condição de acolhido, apontando, ainda, para a possível prevalência do senso comum como sendo um norteador da prática do professor.

Pinto (2016) finaliza afirmando que a escola tem um papel bem definido, mas que, em relação às crianças oriundas de instituições de acolhimento, precisa ser ajustado, considerando

que, segundo os relatos e representações das professoras, elas não têm convicção quanto às suas funções no que diz respeito a estas crianças.

Ao perceber o que dizem os autores acima e retomar o que foi apresentado nos capítulos iniciais deste estudo, é possível notar que, mais uma vez, pelo menos no que circunscreve esta pesquisa, 141 resultados localizados e 13 selecionados como compatíveis com o estudo, há ainda que se produzir muito a respeito da relação acolhimento institucional e educação.

A fim de possibilitar o diálogo entre sociedade e conhecimento científico, para que lei e realidade possam convergir em sentido único, tendo como orientação o melhor interesse de crianças e adolescentes e a necessidade de reparar os anos em que esses não eram considerados sujeitos de direito, bem como assegurar que crianças e adolescentes tenham acesso a todos os direitos que lhes são garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, minimizando, assim, prejuízos ao seu desenvolvimento e, ainda, impossibilitando que haja retrocesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida para a realização desta pesquisa foi o interesse pela temática e a necessidade, compreendida a partir de contato assistemático com o tema, de falar mais sobre o assunto e possibilitar, através da produção de conhecimento, novas ações que propiciassem o fortalecimento do direito e de políticas públicas voltadas ao público infanto-juvenil e, ao concluí-la, reafirma-se o anseio, considerando os resultados obtidos.

Infere-se que a hipótese desta pesquisa foi confirmada: há poucas produções científicas acerca do tema, o que torna o debate incipiente, fazendo, assim, com que ele acabe em si próprio, ou seja, não suscita, tampouco engaja a favor de novas produções ou estudos.

Os números comprovam que este é um tema ainda pouco abordado e, sobretudo, que quando abordado, aponta para uma realidade que se afasta do que institui a legislação vigente no país. Foram encontradas 141 produções científicas a partir das palavras-chaves “acolhimento institucional” e “abrigo” e apenas 13 falam diretamente sobre a relação entre acolhimento e educação e todos os trabalhos navegam no mesmo sentido.

Considerando o recorte temporal que delimitou a pesquisa, de 26 anos, 141 é um número pequeno e o fato de apenas 13 estudos serem compatíveis com o tema desta pesquisa é demasiado preocupante, levando em conta todo o cenário social exposto através da história do Direito da Criança e do Adolescente e, sobretudo, o panorama atual do acolhimento no Brasil, o que expõe a realidade do público infanto-juvenil institucionalizado em todo o país, e detona que há, de fato, uma problemática que apesar de urgente, segue marginalizada e, como apresenta os resultados deste estudo, silenciada nos mais diversos ambientes – instituições de acolhimento, escolas e universidades. E, dentre todos os questionamentos possíveis, o mais intrigante é: Por que?

Os resultados apresentados pela maior parte das pesquisas apontam para necessidades convergentes: a escola precisa rever e reajustar o seu papel na vida de crianças e adolescentes institucionalizados, os professores precisam de uma formação que os qualifique para além do conhecimento estritamente pedagógico, mas que os prepare para amenizar as diferenças entre os inúmeros contextos que podem participar da mesma sala de aula.

No entanto, há, também, entre os estudos compatíveis, autores como Oliveira (2009) que apresentam resultados, baseados nos relatos de alunos que têm em suas representações que a escola é o único ambiente no qual se sentem parte, o que lhes permite experimentar o sentimento de pertencimento, por conta do grupo ou da convivência com os pares, os coleguinhas de sala de aula e do afeto construído através de relações como essas.

Foi possível depreender, ainda, que não há uma articulação eficaz entre a rede de atendimento à criança e ao adolescente, escola e Estado. Apesar dos avanços em relação aos direitos da população infanto-juvenil, ainda não há políticas públicas que garantam efetividade aos atores envolvidos no atendimento e assistência a essa população, o que precariza a oferta de serviços como a escolarização.

Levando em conta o recorte temporal que se impôs diante da pesquisa, de 26 anos, este estudo é um convite ao debate emergencial acerca da necessidade de mais produções científicas abordando o fenômeno do acolhimento institucional e seus desdobramentos, a fim de que, nos próximos anos, nas próximas décadas, as bases de dados possam contar com mais Teses e Dissertações, mas, para além disso, que o cenário cotidiano nas instituições de acolhimento seja relatado com menos pesar e mais avanços.

O que implica, outrossim, um convite aos órgãos e instituições responsáveis, como, por exemplo, Ministério da Educação, Secretarias estaduais e municipais de Educação, Poder Judiciário, Núcleos Jurídicos, de Assistência Social e Psicologia das Instituições de Ensino do país, agentes que representam o Estado, a Sociedade e a Família, envidando esforços que tenham como objetivo primário entender e, conseqüentemente, buscar eliminar as lacunas que ocupam o lugar da produção de conhecimento científico sobre o tema, que é, sem dúvida, o ponta pé para conhecer e reconhecer a institucionalização de crianças e adolescentes no país como um fenômeno social que faz parte da realidade cotidiana das escolas, sobretudo, públicas, do país, o que já o torna indispensável à formação dos professores e ao currículo escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, S. E. D. **A criança em acolhimento institucional e o direito humano à educação infantil**: sob as teias do abandono. 2010. 253 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4603>. Acesso em: 27 jun. 2022.
- ALMEIDA, T. L. de. **Hupomnêmata**: registro de história de vida de adolescentes em acolhimento institucional como escrita de si. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Campinas, 2011. Disponível em: <https://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/1346162>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman: livros técnicos e científicos, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1981.
- BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. [org]. **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2017.
- BRASIL. **Código de Menores de 1927**. Decreto nº 17.943 – A, de 12 de outubro de 1927.
- BRASIL. **Decreto nº 17.943-a**, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores.
- BRASIL. **Código de Menores de 1979**. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul.
- BRASIL. **Lei nº 12.010** de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre Adoção. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul.
- BRASIL. Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 de jul.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.
- CAMPOS, L. F. de L. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2001.
- CAPONI, S. **Da compaixão à solidariedade**: uma genealogia da assistência médica. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- CNJ. PAINÉIS CNJ. Disponível em: https://paineis.cnj.jus.br/QuAJAXZfc/opensoc.htm?document=qvw_1%5Cpainelcnj.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shIGLMapa. Acesso em: 16 mar. 2022.

DIAS, M. S de L.; SILVA, R. S. B. O histórico de institucionalização de crianças e adolescentes. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, n. 45, p. 177-188, Curitiba, 2012.

DIGIÁCOMO, M. J.; DIGIÁCOMO, I. A. **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. 7ª Edição. Curitiba. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

GUEDES, C. F; SCARCELLI, I. R. Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. **Psicologia & Sociedade**; 26 (n. spe.), 2014, pp. 58-67.

HAYASHI, M. C. P. I. *et al.* Competências informacionais para utilização da análise bibliométrica em Educação e Educação Especial. **ETD. Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 1, p.11-27, dez. 2005.

HUEB, M. F. D. Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 28-38, 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 jun. 2022.

IBGE. CONHEÇA CIDADES E ESTADOS DO BRASIL. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

IZAR, J. G. **A práxis pedagógica em abrigos**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-30082011-161330/en.php>. Acesso em: 10 jun. 2022.

LORENZI, G. W. **Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil**. 11 de dez. 2007. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestre_2015/historia_dos_direitos_da_infancia.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.

LUNA, M. **Acogimiento familiar, respuesta social y de Estado em el cuidado de la infancia**. Buenos Aires: Editorial Distribuidora Lumen SRL, 2001.

MARCÍLIO, M. L. **História Social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARTÍN, A. G. **O Direito do Menor**. São Paulo: editora universitária de direito, 1988.

MARTINS, C. S. **A institucionalização de crianças e adolescentes vítimas da violência doméstica: o cuidar na visão das instituições e das famílias envolvidas**. 2009. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/83/83131/tde-18082009-123907/pt-br.php>. Acesso em: 15 maio 2022.

MARTINS, M. A. C. **Vivências de infâncias: Crianças de ontem e de hoje em situação de acolhimento institucional (in)visibilizadas no contexto de educação escolar**. 2020. 222 f. Tese

(Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38779>. Acesso em: 28 maio 2022.

MIRANDA, H. Política Nacional do Bem-Estar do Menor e a Aliança para o Progresso. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, [S. l.], v. 10, n. 25, p. 143–158, 2020. DOI: 10.32335/2238-0426.2020.10.25.3498. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/3498>. Acesso em: 07 jul. 2022.

MOURA, M. DE A. DE. Se fosse um passarinho, também iria voar: a escola e a educação das crianças em situação de acolhimento institucional. **Revista Cocar**, v. 15, n. 33, p.1-20, 2021. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-8574-760X>. Acesso em: 29 jun. 2022.

OKDE, E. B. **Reinserção escolar de meninas em situação de risco social: um diálogo com a educação, a cultura e a subjetividade**. 01/11/2007 142 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFMT e Biblioteca Setorial do IE/UFMT. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp046247.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

OKUBO, Y. **Bibliometric indicators and analysis of research systems: methods and examples**. Paris: OCDE/GD, 1997.

OLIVEIRA, B. N. P. de. **Currículo e inclusão: escola e (des)abrigo de alunos**. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/10141>. Acesso em: 22 jul. 2022.

PECORA, T. T. **Infância, educação e crianças acolhidas: o olhar de professores das escolas públicas de Corumbá, MS**. 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul, Campo Grande, 2012. Disponível em: <https://ppgecpan.ufms.br/es/thatiana-teixeira-pecora-infancia-educacao-e-criancas-acolhidas-o-olhar-de-professoras-das-escolas-publicas-de-corumbams/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.). **A arte de governar crianças: A Institucionalização de Crianças no Brasil das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: IIN/ EDUSU/ Amais, 1995.

PINTO, E. C. B. **A escola na vida de adolescentes em situação de acolhimento institucional: narrativas e percepções**. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10472>. Acesso em: 25 jun. 2022.

PINTO, H. **Um estudo com crianças em situação de acolhimento institucional na percepção dos professores**. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade La Salle, Canoas, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11690/682>. Acesso em: 25 jun. 2022.

RIZZINI, I.; BAPTISTA, R.; NAIF, L.; RIZZINI, I. (Org.). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiência de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo, Ed: Cortez; Brasília, DF; UNICEF; CIESP; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2007.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROSTAINING, H. **La bibliométrie et ses techniques.** Toulouse: Sciences de la Société, 1996.

SEABRA, G. C. **Manual de direito da criança e do adolescente.** 2ª. Edição. Editora, CEI, 2021.

SERIKAWA, F. M. **A inclusão/exclusão escolar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.** 2015, 97 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/2015.07.D.19430>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SERRA, L. N. **Infância perdida: a concepção de “menores anormais” na obra Pacheco e Silva.** 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-31082011-122307/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SILVA, A.T. P. da. **Educação, direito e democracia: reconhecimento e dignidade dos adolescentes inadaptáveis em situação de acolhimento institucional no Estado de Alagoas.** 2021. 91 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/8332>. Acesso em: 25 jun. 2022.

SILVA, E. R. A. O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. In E. R. A. Silva (Org.), **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil** (pp. 41-70). Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SILVA, M. R.; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2 n. 1, n. 1, p. 110-129, 2011. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v2i1p110-129 Acesso em: 26 jun. 2022.

SILVEIRA, A. J. T. DA. **Escolarização de adolescentes institucionalizados em locais de acolhimento: entre estigmas, conflitos e insucesso escolar.** 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/11449>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SPOSITO, M. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta.** São Paulo: Cortez, 2003.

TAVARES, N. **“Tia, você me adota?”: o abrigo e a escola na constituição subjetiva da criança sob tutela do estado.** 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/1816>. Acesso em: 28 jun. 2022.

VASCONCELOS, M. G. da S. **Políticas Públicas e atendimento educacional: o papel da Casa Mãe Margarida junto a crianças e adolescentes em situação de acolhimento e vulnerabilidade social.** 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação,

Universidade do Amazonas, 2015. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4868>. Acesso em: 12 jun. 2022.

VASCONCELOS, M. G. DA S. **Políticas públicas e atendimento educacional:** o papel da Casa Mãe Margarida junto a crianças e adolescentes em situação de acolhimento e vulnerabilidade social. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4868> Acesso em: 28 jun. 2022.

VIEGAS, S. S. **A Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Abrigos de Belo Horizonte:** história, organização e atores envolvidos. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2007.